

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência da República

Gabinete do Presidente 3

Presidência do Conselho de Ministros

Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros 3
 Gabinete do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto 3
 Arquivos Nacionais/Torre do Tombo 3
 Instituto Português de Museus 4
 Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico 4
 Delegação Regional da Cultura do Norte 4

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro 4
 Secretaria-Geral do Ministério 4
 Secretaria Central do Estado-Maior-General das Forças Armadas 5
 2.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal da Superintendência dos Serviços do Pessoal (Marinha) 5
 6.ª Repartição (Pessoal Militarizado) da Direcção do Serviço do Pessoal da Superintendência dos Serviços do Pessoal (Marinha) 5
 Repartição de Pessoal Civil da Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal (Exército) 6
 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa 6
 5.ª Repartição da Direcção do Pessoal (Força Aérea) 6

Ministérios da Defesa Nacional e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Despacho conjunto 7

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Comissão de Coordenação da Região do Norte 8
 Comissão de Coordenação da Região do Centro 8
 Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo 8
 Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional 9
 Instituto de Investigação Científica Tropical 9
 Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica 9

Ministério da Justiça

Secretaria-Geral do Ministério 10
 Conselho Superior do Ministério Público 10
 Direcção-Geral da Polícia Judiciária 10
 Direcção-Geral dos Serviços de Informática 10
 Instituto de Medicina Legal do Porto 10
 Direcção-Geral dos Registos e do Notariado 11

Ministérios da Justiça e do Emprego e da Segurança Social

Despacho conjunto 11

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Direcção-Geral do Pessoal 11

Ministério da Agricultura

Secretaria-Geral do Ministério 11
 Instituto Florestal 12
 Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral 12
 Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-
 -Alimentar 12
 Instituto da Vinha e do Vinho 12

Ministério da Indústria e Energia

Gabinete do Ministro 12
 Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial 13
 Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo.. 13
 Direcção-Geral de Energia 13

Ministério da Educação

Departamento de Gestão de Recursos Educativos 14

**Ministério das Obras Públicas,
Transportes e Comunicações**

Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes 28
 Direcção-Geral da Aviação Civil 28
 Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas 28
 Laboratório Nacional de Engenharia Civil 29
 Junta Autónoma de Estradas 29
 Instituto de Gestão e Alienação do Património Habita-
 -cional do Estado 29

**Ministério do Emprego
e da Segurança Social**

Gabinete do Ministro 29
 Secretaria-Geral do Ministério 29
 Casa Pia de Lisboa 30
 Centro Regional de Segurança Social do Norte 30
 Centro Regional de Segurança Social do Centro 30
 Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale
 do Tejo 30
 Direcção-Geral da Acção Social 31
 Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social 32
 Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social 33
 Instituto do Emprego e Formação Profissional 33

Ministério do Comércio e Turismo

Gabinete do Ministro 34
 Gabinete do Secretário de Estado do Comércio 34

**Ministério do Ambiente
e Recursos Naturais**

Direcção-Geral do Ambiente 34
 Instituto da Água 34
 Instituto de Meteorologia 35

Ministério do Mar

Direcção-Geral das Pescas 35

Conselho Superior da Magistratura	36
1.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa	36
2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa	36
4.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa	40
5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa	42
Tribunal de Círculo de Leiria	43
Tribunal de Círculo e de Comarca de Paredes	43
Tribunal de Círculo e de Comarca de Vila Real	44
Tribunal de Execução das Penas de Lisboa	44
Universidade dos Açores	44
Universidade de Évora	44
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	44
Serviços de Acção Social da Universidade Nova de Lisboa	44
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universi- -dade Nova de Lisboa	45
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa	45
Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa	46
Universidade Técnica de Lisboa	46
Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa ..	46
Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa	46
Instituto Politécnico de Leiria	46
Instituto Politécnico de Lisboa	46
Instituto Politécnico do Porto	46
Câmara Municipal de Almada	46
Câmara Municipal de Arcos de Valdevez	47
Câmara Municipal de Beja	47
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	47
Câmara Municipal de Lagos	47
Câmara Municipal de Lisboa	47
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câ- -mara Municipal de Loures	47
Câmara Municipal da Lourinhã	47
Câmara Municipal de Mortágua	47
Câmara Municipal da Murtosa	47
Câmara Municipal da Praia da Vitória	47
Junta de Freguesia de Massarelos	47

Avlso. — Com base no disposto no art. 1.º do Dec.-Lei 328/87, de 16-9, foi publicado o apên-
dice n.º 1 ao DR, 2.ª, 1, de 3-1-94, inserindo o
seguinte:

Ministério da Educação

Secretaria-Geral do Ministério	2
Departamento de Gestão de Recursos Educativos	2
Direcção Regional de Educação do Norte	3
Direcção Regional de Educação do Centro	14

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GABINETE DO PRESIDENTE

Despacho. — Nos termos dos arts. 2.º, n.º 2, 4.º, n.ºs 1 e 2, e 9.º do Dec.-Lei 675/76, de 31-8, nomeio consultora da Casa Civil a licenciada Maryvone de Pinho Campinos, com a remuneração de 384 000\$, devendo-lhe ainda ser abonadas despesas de representação no montante igual ao de adjunto de gabinete. O presente despacho produz efeitos desde 15-11-93.

21-12-93. — O Presidente da República, *Mário Soares*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Serviços Sociais

Por despachos de 24, 26 e 29-11, e 9 e 13-12-93 do presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros:

Concedido o abono de vencimento de exercício perdido aos seguintes funcionários:

Auta da Conceição Figueiredo Poêjo Torres — 21 dias.
Filomena Maria Ferreira José dos Santos — 6 dias.
Patrocínia Caldeirinha Campos — 8 dias.
António Teixeira Gonçalves — 30 dias.
Ana Paula Tavares Canuto Fradinho Ferreira — 8 dias.
Isaura da Anunciação Cruz — 8 dias.
Ana Maria Marques da Costa Leopoldo Dantas de Miranda — 5 dias.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

15-12-93. — O Presidente do Conselho de Direcção, *António Marreiros*.

GABINETE DO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO ADJUNTO

Por despacho de 29-11-93:

Licenciada Maria de Lourdes Peixoto Cardoso de Oliveira Monteiro — requisitada para prestação ao Gabinete do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto de serviços de assessoria técnica, pelo período de três meses, revogável a todo o tempo, com efeitos a partir de 1-12-93.

20-12-93. — O Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, *França Martins*.

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Por despacho de 16-12-93 do Secretário de Estado da Cultura:

Noémia Celestina dos Reis Calvário Mendes Ferreira, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Gabinete das Relações Culturais Internacionais — transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, considerando-se exonerada do lugar anterior à data da aceitação da nova nomeação e mantendo-se, em comissão de serviço, como chefe de divisão.

Por despachos da comissão instaladora do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e do Secretário de Estado da Cultura:

Maria Albertina Franco Batista de Loureiro Pereira, técnica auxiliar especialista do quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa — autorizada a prorrogação da requisição nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, por mais um ano, a partir de 1-10-93.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

21-12-93. — A Subdirectora, *Manuela Mendonça*.

Aviso. — 1 — Faz-se público que, por despacho de 15-11-93 do director dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de acesso com vista ao preenchimento de um lugar vago de assessor da carreira técnica superior de arquivo do quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Aveiro, criado pela Port. 418/92, de 22-5.

2 — Legislação aplicável:

- a) Dec.-Lei 247/91, de 10-7;
- b) Dec.-Lei 427/89, de 7-12;
- c) Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10;
- d) Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

3 — Prazo de validade — até ao preenchimento do lugar a que se reporta este aviso.

4 — Conteúdo funcional — o constante no mapa II anexo ao Dec.-Lei 247/91, de 10-7.

5 — Local de trabalho, vencimento, condições de trabalho e regalias sociais — o local de trabalho situa-se em Aveiro, sendo o vencimento o correspondente à tabela de vencimentos da função pública e as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

6 — Requisitos de admissão ao concurso — ser funcionário da administração central e encontrar-se nas condições previstas na al. b) do n.º 2 do art. 7.º do Dec.-Lei 247/91, de 10-7.

7 — Métodos de selecção — avaliação curricular, sem prejuízo da apresentação facultativa do trabalho previsto no n.º 3 do art. 7.º do Dec.-Lei 247/91, de 10-7.

8 — Apresentação das candidaturas:

8.1 — Os requerimentos de admissão ao concurso devem ser dirigidos ao director dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, deles devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, morada, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Habilitações profissionais, (especializações, estágios, seminários, acções de formação, cursos e outros);
- d) Experiência profissional, com menção expressa das funções desempenhadas, com indicação do vínculo e antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- e) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar que possam ser relevantes para a apreciação do seu mérito.

8.2 — O júri pode exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvidas sobre a situação que descrevem, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;
- c) Certificado das acções de formação, quando for caso disso, donde conste o número de horas das mesmas;
- d) Declaração, passada e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem a classificação de serviço atribuída ao candidato nos anos relevantes para a promoção, a natureza do vínculo e a antiguidade na actual categoria, na carreira e na função pública, para além de especificar pormenorizadamente o conjunto de tarefas, actividades e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que o candidato ocupa.

8.4 — Os candidatos pertencentes ao quadro de pessoal do Arquivo Distrital de Aveiro ficam dispensados da apresentação dos documentos que se encontrem arquivados nos respectivos processos individuais, devendo, neste caso, declarar expressamente tal facto no requerimento.

8.5 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — Composição do júri:

Presidente — Prof. Doutor Jorge Borges de Macedo, director dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

Vogais efectivos:

Prof.ª Doutora Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes, subdirectora dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, e licenciada Maria de Fátima Saraiva Varandas de Loureiro, subdirectora do mesmo organismo.

Vogais suplentes:

Licenciada Maria Fernanda Pinto Cancela de Amorim Coelho, directora do Arquivo Distrital de Aveiro, e licenciado Gentil Ferreira e Sousa, director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Leiria.

10 — Envio de candidaturas — as candidaturas deverão ser entregues nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Alameda da Universidade, 1600 Lisboa, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para o mesmo endereço, devendo ser expedidas até ao termo do prazo fixado no n.º 1.

11 — As listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final do concurso serão afixadas nas instalações dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e nas do Arquivo Distrital de Aveiro.

17-12-93. — A Subdirectora, *Manuela Mendonça*.

Instituto Português de Museus

Por despacho de 6-10-93 do subdirector do Instituto Português de Museus:

Lucinda Branco Pinto Ferreira Melo, guarda de museu estagiária, em regime de contrato administrativo de provimento, no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior — nomeada definitivamente guarda de museu do quadro de pessoal daquele serviço, sendo-lhe rescindido o contrato com efeitos a partir da posse no novo lugar. (Visto, TC, 21-10-93. São devidos emolumentos.)

Por despachos de 13-12-93 do subdirector do Instituto Português de Museus:

Angélica Maria Correia Tomé Cabral, terceiro-oficial do quadro do pessoal do Museu Nacional do Azulejo — nomeada definitivamente, precedendo concurso, segundo-oficial do mesmo quadro. Maria Teresa de Jesus Rodrigues Henriques e Porfíria Baeta dos Santos Formiga, técnicas auxiliares de 2.ª classe, da carreira de técnico auxiliar de museografia, do quadro do pessoal do Museu Nacional do Azulejo — nomeadas definitivamente, precedendo concurso, técnicas auxiliares de 1.ª classe da mesma carreira e quadro.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

Por despacho de 6-12-93 do subdirector:

Virgínia da Assunção Morais Gomes, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães, requisitada no Museu Nacional de Machado de Castro — autorizada a transformação de requisição em transferência, por urgente conveniência de serviço, para o referido Museu.

14-12-93. — O Director dos Serviços Administrativos, *António Torres Vieira*.

Aviso. — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que a lista de candidatos referente ao concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de técnico de conservação e restauro estagiário do quadro de pessoal do Museu Nacional de Machado de Castro, conforme aviso de abertura publicado no *DR*, 2.ª, 113, de 15-5-93, será afixada, na data da publicação do presente aviso no *DR*, nas instalações do referido Museu e nas do Instituto Português de Museus, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e enviada aos candidatos.

15-12-93. — A Presidente do Júri, *Maria José Paulo Sampaio*.

Aviso. — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que a lista de classificação final referente ao concurso interno geral de acesso para provimento de quatro lugares de técnico auxiliar de conservação e restauro principal, área de objectos arqueológicos e etnográficos, do quadro de pessoal do Museu Monográfico de Conímbriga, conforme publicação no *DR*, 2.ª, 174, de 27-7-93, será afixada, na data da publicação do presente aviso no *DR*, nas instalações do referido Museu e nas do Instituto Português de Museus, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e enviada aos candidatos.

15-12-93. — A Presidente do Júri, *Adília Rocha Moutinho Alarcão e Silva*.

Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

Aviso. — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informam-se todos os interessados de que a lista de candidatos referente ao concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior estagiário (carreira de consultor jurídico) do quadro do pessoal da Direcção Regional do Porto, conforme aviso de

abertura publicado no *DR*, 2.ª, 192, de 17-8-93, será, na data da publicação do presente aviso no *DR*, afixada nas instalações do referido Serviço e nas do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, sito no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, e enviada ao candidato.

14-12-93. — O Presidente do Júri, *Joaquim Gomes Veríssimo*.

Aviso. — 1 — O Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, sito no Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa, recorrendo aos instrumentos de mobilidade previstos no Dec.-Lei 427/89, de 7-12, pretende recrutar um chefe de secção para a área de contabilidade.

2 — As condições de trabalho e regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

3 — Os eventuais interessados, vinculados à função pública, deverão, no prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, formalizar as suas candidaturas mediante requerimento dirigido ao presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, a enviar para a morada acima indicada, dele devendo constar:

- Identificação completa;
- Serviço onde exerce funções e ou quadro de pessoal a que pertence;
- Classificação de serviço nos últimos três anos;
- Antiguidade na função pública e na categoria;
- Quaisquer outros elementos que julgue oportuno dever apresentar por serem relevantes para a candidatura.

4 — A selecção ficará dependente de entrevista a realizar com os candidatos.

15-12-93. — O Vice-Presidente, *José Tomaz Villarinho Pereira*.

Delegação Regional da Cultura do Norte

Aviso. — Faz-se público que se encontra afixada nas instalações da Delegação Regional da Cultura do Norte, Rua de António Cardoso, 175, Porto, a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno de acesso para provimento de uma vaga de assessor do quadro de pessoal do mesmo organismo, a que se refere o aviso publicado no *DR*, 2.ª, 263, de 10-11-93.

7-12-93. — O Presidente do Júri, *Marcelo Correia Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

GABINETE DO MINISTRO

Rectificação. — Por ser sido enviado com inexactidão o despacho conjunto de nomeação da Dr.ª Maria Fernanda da Silva Teixeira Valente Mestre, rectifica-se que onde se lê «Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, fica sem efeito a nomeação do Dr. Caetano José Castel-Branco Ferreira, sendo substituído pela Dr.ª Maria Fernanda da Silva Teixeira Valente Mestre» deve ler-se «Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, esclarece-se quanto aos efeitos da nomeação do Dr. Caetano José Castel-Branco Ferreira, que o mesmo pode ser substituído pela Dr.ª Maria Fernanda da Silva Teixeira Valente Mestre, nos seus impedimentos.»

21-12-93. — O Chefe do Gabinete, *Abílio Morgado*.

Secretaria-Geral

Aviso. — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que a lista de candidatos admitidos ao concurso de chefe de secção para preenchimento de dois lugares do quadro comum do Ministério da Defesa Nacional, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 257, de 3-11-93, se encontra afixada na Repartição de Administração de Pessoal da Secretaria-Geral deste Ministério, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º piso, a partir da data da publicação do presente aviso.

13-12-93. — A Presidente do Júri, *Isabel Maria Caré Baptista Viegas*.

Aviso. — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, avisam-se os interessados de que a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso de telefonista do qua-

dro comum do Ministério da Defesa Nacional, publicado no *DR*, 2.ª, 235, de 7-10-93, se encontra afixada na Secretaria-Geral, sita no 3.º piso, Avenida da Ilha da Madeira, 1, 1400 Lisboa, a partir desta data.

10-12-93. — O Presidente do Júri, *Sebastião Registo*.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Secretaria Central

Aviso. — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada na vitrina do átrio do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Avenida da Ilha da Madeira, 1499 Lisboa Codex, para efeitos de consulta, a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de ingresso para admissão de um fiel de depósito e armazém do quadro de pessoal civil do Estado-Maior-General das Forças Armadas, conforme aviso de abertura publicado no *DR*, 2.ª, 271, de 19-11-93.

As provas de conhecimentos terão lugar no dia 14-1-94, às 10 horas, no edifício do EMGFA.

21-12-93. — O Chefe da Secretaria Central, *José Nunes Gerales*, tenente-coronel de infantaria.

MARINHA

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço do Pessoal

2.ª Repartição

Por despacho do chefe da 2.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente do Serviço do Pessoal da Armada:

- 74164, primeiro-sargento FZ António Guerreiro Cosme, e 197364, primeiro-sargento FZ António Luís Bonito — promovidos ao posto de sargento-ajudante FZ, a contar de 30-11-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do 1039063, sargento-ajudante FZ Manuel Francisco da Conceição, pela ordem indicada.
- 467360, primeiro-sargento M Germano P. da Silva Aires, e 649160, primeiro-sargento M António Bento Marcela — promovidos ao posto de sargento-ajudante M, a contar de 30-11-93, ficando colocados na escala de antiguidades à esquerda do 653160, sargento M Manuel Valente Afonso, pela ordem indicada.
- 717881, primeiro-marinheiro FZ Isidro da Conceição Manuel — promovido ao posto de cabo FZ, a contar de 30-11-93, ficando colocado na escala de antiguidades à esquerda do 774082, cabo FZ Francisco António Ramos Romão.
- 403285, marinheiro CM Rui J. dos Reis Garvoa Barros — promovido ao posto de cabo CM, a contar de 15-11-93, ficando colocado na escala de antiguidades à esquerda do 403685, cabo CM António Manuel Carriço Ferrão.
- 234293, segundo-grumete TD RV Mário João Esteves de Sousa — promovido ao posto de primeiro-grumete RV, a contar de 16-9-93, e colocado na escala de antiguidades à esquerda do 236493, grumete T RV Paulo César Baptista Serrão.
- 8312592, segundo-grumete TFH RV Hélder Jorge Gomes Santana — promovido ao posto de primeiro-grumete RV da subclasse de cozinheiro (TFH), a contar de 26-8-93, ficando colocado na escala de antiguidades à esquerda do 8306992, primeiro-grumete TFH RV Rui Pedro Carvalho Vidal.
- 357692, segundo-grumete U RV Paulo A. Fernandes Ferreira — promovido ao posto de primeiro-grumete RV, a contar de 2-11-93, ficando colocado na escala de antiguidades em primeiro lugar.

13-12-93. — O Chefe da 2.ª Repartição, *Eurico Ferreira de Carvalho*, capitão-de-mar-e-guerra.

6.ª Repartição (Pessoal Militarizado)

Por despacho de 27-10-93 do contra-almirante director do Serviço do Pessoal, por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal:

Manuel da Silva Branco, faroleiro de 1.ª classe (Secção do Continente) do quadro do pessoal militarizado da Marinha — promovido, precedendo concurso, a faroleiro-subchefe do mesmo quadro.

Manuel Augusto Borba Marreiros, faroleiro de 2.ª classe (Secção do Continente) do quadro do pessoal militarizado da Marinha — promovido, por antiguidade, a faroleiro de 1.ª classe do mesmo quadro.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

Aviso. — Faz-se público que, por despacho de 29-11-93 do CALM director do Serviço do Pessoal, por subdelegação do VALM Superintendente dos Serviços do Pessoal, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste aviso no *DR*, concurso de admissão de faroleiros auxiliares, do quadro do pessoal militarizado da Marinha, para preenchimento de 14 vagas nas Secções do Continente, Açores e Madeira.

1 — Condições de admissão:

1.1 — Requisitos gerais:

- São admitidos ao concurso os cidadãos nacionais que tenham cumprido os preceitos legais de recrutamento militar;
- Possuírem boas informações e bom comportamento (1.ª ou 2.ª classes) relativamente ao período de serviço militar; no caso de exercerem ou terem exercido funções públicas, incluindo as corporações militarizadas, comprovar aqueles requisitos quanto ao desempenho das mesmas funções;
- Terem idade igual ou inferior a 35 anos completados até 31-12-93;
- Terem como habilitações literárias mínimas a escolaridade obrigatória, de acordo com a idade dos candidatos;
- Estarem livres de culpa no registo criminal e não terem sofrido pena que iniba do exercício de funções públicas;
- Possuírem a robustez física e psíquica necessárias ao desempenho das funções (a comprovar pelas juntas de recrutamento e selecção previstas no Regulamento das Juntas Médicas da Armada), não sofrerem de doença contagiosa e terem cumprido as disposições legais quanto a vacinações obrigatórias;
- Terem autorização para concorrer, concedida através da repartição de pessoal correspondente, no caso de se tratar de candidato militar na situação de activo.

1.2 — Requisitos especiais — possuir habilitações em qualquer uma das seguintes áreas:

- Electricidade;
- Mecânica de motores de combustão interna;
- Serralharia.

2 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelas disposições legais contidas no Dec.-Lei 282/76, de 20-4, e Desp. 27/80, de 8-5, do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, com a nova redacção dada pelos Desps. 52/80, de 19-9, do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, e 39/MDN/85, de 1-3, do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido para o preenchimento das vagas mencionadas e das que ocorrerem no prazo de dois anos a partir da data da publicação da lista dos candidatos aprovados.

4 — Este concurso destina-se ao preenchimento de vagas que se verificarem em qualquer uma das partes do território nacional (continente e arquipélagos da Madeira e dos Açores).

5 — Conteúdo funcional — desempenhar, de acordo com a legislação relativa ao serviço de faróis, funções respeitantes ao assinalamento marítimo, vigilância e de socorro.

6 — Métodos de selecção:

- Exame escrito de aptidão cultural (duração de quatro horas), com a seguinte composição:

Prova de Português;
Prova de Aritmética e Geometria;

- Exame de valor físico, constando das provas seguintes:

Nadar 50 m em qualquer estilo;
Realizar um percurso de obstáculos;

- Exame prático — execução de um trabalho relacionado com uma das especialidades referidas no n.º 1.2, à escolha do candidato.

Os exames referidos nas als. a) e b) têm carácter eliminatório.

7 — Os exames referidos no número anterior são efectuados em Lisboa (Direcção de Faróis, Paço de Arcos), Funchal ou Ponta Delgada (capitanias dos portos respectivos), de acordo com as preferências indicadas pelos candidatos nos requerimentos.

8 — Em circunstâncias de igualdade de classificação, são factores sucessivos de preferência:

- Melhores habilitações literárias;
- Melhor classificação obtida no exame prático;
- Elementos constantes das folhas de matrícula;
- Menor idade.

9 — Formalização das candidaturas — os candidatos deverão fazer entrega na 6.ª Repartição da Direcção do Serviço do Pessoal, Marinha, 1188 Lisboa Codex, directamente, por via postal (com aviso de recepção) ou através das capitania dos portos, de um requerimento, feito em papel comum, nos termos da seguinte minuta:

Ex.º Sr. Contra-Almirante Director do Serviço do Pessoal:

... (nome), nascido em ... / ... / ..., natural de ... (lugar), freguesia de ..., concelho de ..., ... (estado civil), filho de ... e de ..., identificação militar ... (número, posto e especialidade), na situação de (activo ou reserva), a prestar serviço em ..., morador em ... (domicílio completo para onde desejem que se envie a correspondência), telefone: ..., titular do bilhete de identidade n.º ..., emitido em ... / ... / ... pelo Arquivo de Identificação de ..., requer a V. Ex.ª seja admitido ao concurso de admissão de faroleiros auxiliares do quadro do pessoal militarizado da marinha (grupo 6), aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, ..., de ... / ... / ..., desejando realizar as suas provas em ⁽¹⁾ e declarando, sob compromisso de honra, encontrar-se nas seguintes condições:

- Satisfaz os requisitos necessários quanto a informações e classe de comportamento;
- Tem ... anos de idade;
- Possui como habilitações literárias ...;
- Está livre de culpa no registo criminal e não sofreu pena que o iniba do exercício de funções públicas;
- Cumpriu as disposições legais quanto a vacinações obrigatórias e não sofre de doença contagiosa;
- Está autorizado a concorrer, conforme publicado na OP2, ..., de ... / ... / ..., ou aguarda despacho ao seu pedido para poder concorrer (só para pessoal na situação de activo).

Pede deferimento.

(Data.)

(Assinatura sobre estampilha fiscal de 172\$.)

⁽¹⁾ Lisboa, Funchal ou Ponta Delgada.

9.1 — Os requerimentos deverão ser acompanhados de nota de assentamentos ou extracto de folha de matrícula do serviço militar ou documento equivalente e, facultativamente, de documento comprovativo das habilitações a que se refere o n.º 1.2.

9.2 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9.3 — As condições gerais de promoção terão de ser comprovadas quando os candidatos forem convocados para o preenchimento das vagas.

10 — Serão encargo dos candidatos as despesas inerentes às suas deslocações aos locais de realização das provas, exames médicos e outros.

11 — O júri do presente concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — capitão-de-mar-e-guerra António Fernando Salgado Soares.

1.º vogal — capitão-de-mar-e-guerra José António Mota Teixeira de Aguilar.

2.º vogal — CFR José Pereira de Moura.

Secretário — primeiro-oficial QPCM Delfina Carmen Ministro Ribeiro da Costa Lapa.

13-12-93. — O Chefe da Repartição, António Fernando Salgado Soares, capitão-de-mar-e-guerra.

EXÉRCITO

Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal

Repartição de Pessoal Civil

Por despacho de 27-5-93 do general CEME (visto, TC, 29-11-93):

Daniel da Silva Pinto — contratado, em regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo prazo de um ano, como auxiliar de serviço/Centro de Instrução de Operações Especiais.

Maria Manuela de Alameda Silva Santos — contratada, em regime de contrato de trabalho a termo certo, pelo prazo de um ano, como auxiliar de serviço/Centro de Instrução de Operações Especiais.

(São devidos emolumentos.)

9-12-93. — O Chefe da Repartição, António Ribeiro Laia, coronel de infantaria.

2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa

Aviso. — O coronel da Força Aérea José João Tabora de Azevedo Serrano, presidente do 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, faz saber que, no processo n.º 89-FA/92, pendente neste 2.º Tribunal Militar contra o réu Carlos Alberto Timóteo de Sousa, soldado n.º 093198-F da Balsa, casado, empregado de balcão, nascido em 8-11-69, natural de Lisboa, freguesia de Campo Grande, filho de Nelson Canelas de Sousa e de Elvira da Conceição Timóteo Lavinas, com residência no Bairro da Boavista, Rua 5, 23, em Lisboa, que se encontra acusado da prática de um crime de deserção, previsto e punido pelos arts. 142.º, n.º 1, al. b), e 149.º, n.º 1, al. a), 2.ª parte, do Código de Justiça Militar, foi, por despacho de 16-12-93, por se encontrar preso no Estabelecimento Prisional de Caxias, declarada caducada a declaração de contumácia nos termos do n.º 3 do art. 336.º do Código de Processo Penal.

16-12-93. — O Juiz-Presidente, José Tabora Serrano, coronel das Forças Armadas. — O Secretário, Álvaro Rodrigo A. Sousa Mendes, capitão.

FORÇA AÉREA

Direcção do Pessoal

5.ª Repartição

Por despacho do comandante do Pessoal da Força Aérea de 10-8-93:

Joaquim Manuel Costa — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, com a categoria de auxiliar de pecuária, escalão 2, índice 125, com produção de efeitos a partir da data do visto. (Visto, TC, 2-12-93. São devidos emolumentos.)

14-12-93. — O Chefe da 5.ª Repartição, Florival Gomes Custódio, major.

Aviso. — Concurso n.º 69/93. — 1 — Nos termos dos Decs.-Leis 498/88, de 30-12, e 265/88, de 28-7, torna-se público que, por despacho do comandante do Pessoal da Força Aérea de 22-10-93, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, publicada no DR, 2.ª, 47, de 25-2-92, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no DR, concurso interno geral de acesso para o preenchimento de dois lugares de técnico superior principal (serviço social) do quadro geral do pessoal civil da Força Aérea, aprovado pela Port. 227/91, de 21-3.

2 — Finalidade do concurso — o presente concurso destina-se ao preenchimento dos lugares vagos e aos que ocorrerem durante o prazo de validade do concurso.

3 — Prazo de validade — dois anos, contados a partir da data da publicação da respectiva lista de classificação final no DR, 2.ª

4 — Conteúdo funcional — o constante do mapa 1 a que se refere o n.º 1 da Port. 496/92, de 17-6.

5 — Local de trabalho — nas Unidades/órgãos da Força Aérea.

6 — Vencimentos e regalias sociais — o vencimento é fixado de acordo com o estabelecido no Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo Dec.-Lei 323/88, de 23-9, conjugado com os Decs.-Leis 265/88, de 28-7, 498/88, de 30-12, e 353-A/89, de 16-10, pelo despacho conjunto dos Chefes dos Estados-Maiors de 12-10-89, publicado no DR, 2.ª, 247, de 26-10-89, e pelo Desp. 8/91, de 6-5 do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Gerais — os definidos nos art. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;

8.2 — Especiais — os definidos no art. 3.º do Dec.-Lei 265/88, de 28-7.

9 — Método de selecção — o método a aplicar é o de avaliação curricular.

9.1 — A avaliação curricular tem por objecto avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, ponderando, de acordo com as exigên-

cias da função, a habilitação académica de base, a formação e a qualificação e a experiência profissionais na área para que este concurso é aberto.

9.2 — A classificação final dos candidatos é feita pela ordenação decrescente da pontuação final, convertida na escala de 0 a 20 valores, com o cálculo até às centésimas e efectuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PF = \frac{(a \times HA) + (d \times FQP) + (e \times EP) + (f \times CS)}{10}$$

em que:

a = coeficiente 2;
d = coeficiente 1;
e = coeficiente 4;
f = coeficiente 3;

sendo:

PF = pontuação final;
HA = habilitação académica de base;
FQP = formação e qualificação profissionais;
EP = experiência profissional;
CS = classificação de serviço.

9.3 — As regras a observar na valorização dos diversos factores são as seguintes:

9.3.1 — Habilitação académica de base (cursos ou ciclos completos):

Habilitações literárias superiores à exigível — 20 pontos;
 Habilitação literária legalmente exigível — 18 pontos.

9.3.2 — Formação e qualificação profissionais:

Formação específica:

Cursos até 5 dias ou 30 horas — 0,5 pontos;
 Cursos até 20 dias ou 120 horas — 1 ponto;
 Cursos até 60 dias ou 360 horas — 1,5 pontos;
 Cursos superiores a 60 dias ou 360 horas — 2 pontos;
 Ausência de cursos de qualificação — 0,25 pontos;

Ações de formação não directa e totalmente relacionadas com o conteúdo funcional deste concurso, mas com interesse para o aperfeiçoamento de execução das funções:

Cursos até 5 dias ou 30 horas — 0,25 pontos;
 Cursos superiores a 5 dias ou 30 horas — 0,50 pontos.

Não são pontuáveis os cursos ou acções de formação que não tenham qualquer relacionamento, ligação ou interesse para o desempenho das funções do lugar a preencher.

A pontuação deste factor é a soma dos pontos obtidos e é convertida na escala de 0 a 20, com o cálculo até às centésimas e, assim, introduzida na fórmula de pontuação final.

9.3.3 — Experiência profissional — a determinação da experiência profissional será calculada pela seguinte fórmula:

$$EP = \frac{(5 \times T1) + (3 \times T2) + (2 \times T3)}{10}$$

em que:

T1 = tempo de serviço na categoria;
T2 = tempo de serviço na carreira;
T3 = tempo de serviço na função pública.

A contagem do tempo de serviço será feita em semestres completos e é referida ao dia em que termina o prazo de candidatura deste aviso.

A pontuação obtida na *EP* é convertida na escala de 0 a 20, com o cálculo até às centésimas e, assim, introduzida na fórmula de pontuação final.

9.3.4 — Classificação de serviço — a pontuação é a soma dos pontos a seguir indicados atribuídos à menção qualitativa da classificação de serviço nos últimos três anos:

Muito bom — 3,5 pontos;
Bom — 3 pontos.

A pontuação obtida neste factor é convertida na escala de 0 a 20, com o cálculo até às centésimas e, assim, introduzida na fórmula de pontuação final.

9.4 — Em caso de igualdade de classificação final, preferem sucessivamente os candidatos mais antigos na categoria, na carreira e na função pública.

10 — Apresentação das candidaturas:

10.1 — As candidaturas são formalizadas mediante requerimento dirigido ao comandante do pessoal da Força Aérea, entregue pes-

soalmente ou remetido pelo correio oficial para a 5.ª Repartição da Direcção do Pessoal da Força Aérea, Alfragide, 2700 Amadora, nele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias e profissionais;
- Identificação do concurso a que se candidata mencionando o número e data do *DR*, onde vem anunciado;
- Identificação da categoria que o candidato detém, natureza do vínculo e tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública, reportado ao último dia para entrega das candidaturas.

10.2 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Documento comprovativo das habilitações literárias e profissionais;
- Declaração, passada e autenticada pelo serviço a que pertence o candidato, comprovativa da existência e natureza do vínculo, do tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e das classificações de serviço dos últimos três anos;
- Curriculum vitae* detalhado e assinado;
- Fotocópia do bilhete de identidade.

10.3 — Os candidatos que prestam serviço na Força Aérea serão dispensados da apresentação dos documentos que constam nos respectivos processos individuais, devendo tal facto ser mencionado no requerimento de admissão a concurso.

10.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — A lista dos candidatos admitidos ao concurso e a lista de classificação final serão afixadas, para efeitos de consulta, no átrio da 5.ª Repartição da Direcção do Pessoal, Base de Alfragide, se o número de candidatos for inferior a 50, caso contrário, as referidas listas serão publicadas na 2.ª série do *DR*.

12 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Tenente-coronel piloto António Pinto Portijo do Serviço de Acção Social.
 Vogais efectivos:

Técnico superior principal Rui Silva Monteiro Batista, dos Serviços Sociais das Forças Armadas, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Técnica superior principal Maria Hermínia Martins Antão, dos Serviços Sociais do Ministério do Emprego e da Segurança Social.

Vogais suplentes:

Técnica superior principal Maria Hermelinda Tavares Dias Raposo Pires, dos Serviços Sociais do Ministério do Emprego e da Segurança Social.

Técnica superior principal Armada Aurora Correia Ribeiro da Silva, dos Serviços Sociais do Ministério do Emprego e da Segurança Social.

15-12-93. — O Chefe da 5.ª Repartição, *Florival Gomes Custódio*, major/TPAA.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto. — Nos termos e ao abrigo do disposto no art. 3.º da Port. conj. 1264/93, de 13-12, determinam o director-geral da Aviação Civil e o comandante de Pessoal da Força Aérea:

1 — A composição da Junta Médica Regional (JMR) a que se referem os arts. 1.º e 2.º da Port. conj. 1264/93, de 13-12, é a seguinte:

Membros efectivos:

TCOR MED aeronáutico Joaquim A. Silveira Sérgio, presidente;
 MAJ MED aeronáutico Nuno Pedro Lobato Ribeiro, vogal;
 MAJ MED aeronáutico Francisco M. C. Braz de Oliveira, vogal;

Vogais suplentes:

COR MED aeronáutico Carlos A. Maia Dias;
 CAP MED aeronáutico Rui Manuel V. Gomes Correia.

2 — A Junta Médica Regional funcionará de segunda-feira a sexta-feira, das 8 horas e 30 minutos às 10 horas e das 14 às 16 horas, no Centro de Medicina Aeronáutica da Força Aérea, sito na Base do Lumiar, no Paço do Lumiar, em Lisboa.

3 — O Regulamento Interno da Junta Médica Regional será elaborado pela Junta, nos termos do n.º 3 da Port. conj. 1264/93, de 13-12, e aprovado por despacho conjunto do director-geral de Aviação Civil e do comandante do Pessoal da Força Aérea.

4 — A Junta Médica Regional remeterá, no prazo de três dias úteis, os certificados médicos de aptidão física e mental à Direcção de Pessoal Aeronáutico da Direcção-Geral da Aviação Civil, que, quando os mesmos sejam positivos, emitirá a respectiva licença.

16-12-93. — O Comandante do Pessoal, *Aurélio Benito Aleixo Corbal*, gen./FA. — O Director-Geral da Aviação Civil, *Nelson Rey Garrido de Figueiredo*.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Comissão de Coordenação da Região do Norte

Aviso. — Nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada na Comissão de Coordenação da Região do Norte a lista de candidatos admitidos a concurso interno geral de provimento de um lugar de topógrafo de 1.ª classe do quadro dos gabinetes de apoio técnico compreendidos na área de actuação da Comissão de Coordenação da Região do Norte, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 266, de 13-11-93.

Aviso. — Nos termos do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada na Comissão de Coordenação da Região do Norte a lista de candidatos admitidos ao concurso interno geral de provimento de um lugar de desenhador principal (nível 3) do quadro dos gabinetes de apoio técnico compreendidos na área de actuação da Comissão de Coordenação da Região do Norte, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 266, de 13-11-93.

13-12-93. — A Presidente do Júri, *Teresa do Rosário*.

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada na Comissão de Coordenação da Região do Norte a lista de classificação final dos candidatos aprovados ao concurso interno geral de provimento de nove lugares de desenhador principal do quadro dos gabinetes de apoio técnico compreendidos na área de actuação da Comissão de Coordenação da Região do Norte, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 146, de 24-6-93, depois de homologada por despacho de 15-12-93 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Norte.

16-12-93. — A Administradora, *Teresa do Rosário*.

Comissão de Coordenação da Região do Centro

Por despacho do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro de 12-8-93:

Celebrado contrato de aquisição de serviço com a empresa EU-ROT — Informática, L.ª, para a realização de formação no âmbito do Subprograma 3 do Programa Operacional da Raia Central, na área da informática. (Visto, TC, 12-11-93. São devidos emolumentos.)

22-11-93. — O Administrador, *Júlio do Carvalhal*.

Por despachos de 7 e 13-12-93 do presidente da Comissão de Coordenação da Região do Centro:

Autorizados a recuperar o vencimento de exercício perdido no corrente ano, por motivo de doença, os seguintes funcionários do quadro privativo desta Comissão de Coordenação da Região do Centro e Comissão de Coordenação da Região do Centro/gabinetes de apoio técnico:

Comissão de Coordenação da Região do Centro:

Inácia de Jesus Palma M. Pingarilho, chefe de divisão — 10 dias;
 Maria dos Anjos Fonseca Saraiva, chefe de divisão — 6 dias.
 Ana Maria Leiroz F. B. Saturnino, técnica superior de BAD — 5 dias.
 Maria Filomena Colaço Antunes, técnica superior de 2.ª classe — 11 dias.
 Maria Margarida Porto de Aguiar, técnica superior de 2.ª classe — 14 dias.

Ana Paula de Oliveira S. Paulino Lopes, terceiro-oficial — 12 dias.
 Isabel Maria G. Almeida Mariano, técnica-adjunta de biblioteca de 2.ª classe — 14 dias.
 Maria Helena Rodrigues Brito Nunes, terceiro-oficial — 2 dias.

Núcleo Operativo de Aveiro:

Maria José Cardoso Sucena, técnica superior de 1.ª classe — 29 dias.
 Paula Maria T. Pinto P. Felizardo, desenhadora de 2.ª classe — 4 dias.
 Maria Martins Correia dos Santos, oficial administrativo principal — 20 dias.

Núcleo Operativo de Viseu:

Luís Carlos Romaneiro Teixeira, fiscal de obras — 29 dias.

Gabinete de Apoio Técnico de Santa Comba Dão:

Jorge António M. Santos Andrade, fiscal técnico de obras de 1.ª classe — 13 dias.

Gabinete de Apoio Técnico de São Pedro do Sul:

Fernando Marques Guimarães Mocho, técnico superior de 1.ª classe — 15 dias.
 Hermínia Tavares, técnica-adjunta de 2.ª classe — 4 dias.
 António Luís Ferreira Correia, técnico-adjunto principal — 4 dias.

Gabinete de Apoio Técnico da Sertão:

Cristina Maria P. Ferreira de Matos, técnica superior estagiária — 16 dias.
 Maria Filomena A. R. Antunes Hipólito, terceiro-oficial — 13 dias.

Gabinete de Apoio Técnico de Viseu:

Adelino Manuel Ferreira dos Santos, técnico especialista — 5 dias.
 Luís Manuel de Almeida Pina, desenhador de 2.ª classe — 9 dias.
 António Soares de Matos, motorista de ligeiros — 30 dias.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

14-12-93. — O Administrador, *Júlio do Carvalhal*.

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso CCRLVT RAF n.º 153/93. — 1 — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, conjugado com o art. 5.º, n.º 3, al. d), do Dec.-Lei 265/88, de 28-7, faz-se público que, devidamente homologada por despacho de 9-12-93 do vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, a lista de classificação final dos candidatos aprovados no estágio referente ao concurso externo de ingresso para provimento de duas vagas na categoria de técnico superior de 2.ª classe, área de engenharia civil, do quadro privativo dos gabinetes de apoio técnico, aberto pelo aviso CCRLVT RAF n.º 99/91, publicado no *DR*, 2.ª, 250, de 30-10-91, se encontra afixada, a partir desta data, na sede da referida Comissão de Coordenação, sita na Rua de Artilharia Um, 33, 1200 Lisboa.

2 — Da referida lista cabe recurso pelo prazo de 10 dias a contar da data da comunicação aos candidatos, respeitada a dilação de três dias, de acordo com o n.º 3 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

Aviso CCRLVT RAF n.º 154/93

Por despacho de 9-12-93 do vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo:

Henrique Morais Rodrigues, fiscal técnico de obras de 1.ª do quadro privativo da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo — promovido, após concurso, a fiscal técnico de obras principal do mesmo quadro, escalão 1, índice 235.
 Maria Paula de Lacerda Teixeira Coito Pavia, técnica superior de 1.ª classe do quadro privativo dos gabinetes de apoio técnico, GAT de Tomar — promovida, após concurso, a técnica superior principal do mesmo quadro, escalão 1, índice 500.

Promovidos, após concurso, a técnicos superiores de 1.ª classe os seguintes técnicos superiores de 2.ª classe do quadro privativo dos gabinetes de apoio técnico:

GAT de Torres Vedras:

Ana Mafalda Martins Cançado Fernandes de Carvalho, escalão 1, índice 440.
 José Manuel Rosa Bernardo, escalão 1, índice 440.

GAT de Santarém:

Anabela Cristina Coelho Marcos, escalão 1, índice 440.

Aviso CCRLVT RAF n.º 155/93

Por despacho de 9-12-93 do vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo:

Nomeados assessores principais do quadro privativo dos gabinetes de apoio técnico, cujos lugares foram criados pelo Desp. Norm. 380/93, de 4-11, a extinguir quando vagarem, em consequência do disposto no art. 3.º do Dec.-Lei 34/93, de 13-2, e nos n.ºs 6, 7 e 8 do art. 18.º do Dec.-Lei 323/89, de 26-9, os seguintes técnicos superiores, em exercício de funções de dirigentes:

- Arquitecto João Manuel Lopes Biencard Cruz — desde 1-7-88, escalão 2, índice 720, com efeitos a partir de 1-7-91.
 Arquitecto Francisco Manuel Vidigal Solano d'Almeida — desde 1-11-82, escalão 4, índice 820, com efeitos a partir de 1-11-91.
 Engenheira Ana Paula Garcia dos Remédios Gomes — desde 28-7-88, escalão 2, índice 720.
 Engenheiro José Luís Delgado da Silva Costa — desde 30-4-81, escalão 4, índice 840, com efeitos a 30-4-90.
 Engenheiro José Manuel da Silva Gervásio — desde 1-9-85, escalão 3, índice 760, com efeitos a partir de 1-9-91.
 Engenheira Isabel Maria Pinto de Almeida — desde 30-6-86, escalão 3, índice 760, com efeitos a partir de 30-6-92.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

9-12-93. — A Administradora, *Maria de Lurdes Liberato*.

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Por despachos do director-geral do Desenvolvimento Regional de 29-11-93:

- Margarida Maria Coelho Cabral Joanaz de Melo, equiparada a técnica superior de 1.ª classe, contratada a termo certo, pelo período de um ano, renovável por igual período, nesta Direcção-Geral — rescindido o respectivo contrato, a seu pedido, com efeitos a partir de 29-11-93, data em que entrou em vigor o contrato administrativo de provimento como técnica superior de informática de 2.ª classe estagiária da mesma Direcção-Geral, para que foi nomeada precedendo concurso externo geral de ingresso.
 Dina Fernanda Sereno Ferreira e Fernando José Luís Agostinho, equiparados a técnicos superiores de 2.ª classe, contratados a termo certo, pelo período de um ano, renovável por igual período, nesta Direcção-Geral — rescindidos os respectivos contratos, a seu pedido, com efeitos a partir de 29-11-93, data em que entraram em vigor os contratos administrativos de provimento como técnicos superiores de 2.ª classe estagiários na mesma Direcção-Geral, para que foram nomeados precedendo concurso externo geral de ingresso.

Por despachos do director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia de 7-12-93 e do director-geral do Desenvolvimento Regional de 9-12-93:

- Maria Manuela Peres Ramos Camacho Calço Grosso, técnica especialista principal, de nomeação definitiva do quadro do pessoal do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia — transferida para o quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 20-12-93.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

10-12-93. — Pelo Director-Geral, *Cristina Souto Pires*.

Instituto de Investigação Científica Tropical

Por despachos de 30-10 e 2-12-93 do presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical e do director-geral de Concorrência e Preços, respectivamente:

- Fernanda Calheiros Cerqueira Lamas, telefonista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Concorrência e Preços — autorizada a transferência para um lugar vago da mesma categoria do quadro de pessoal do Instituto de Investigação Científica Tropical. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

13-12-93. — Pelo Directora dos Serviços de Administração, *A. Fonseca*.

Resultado final das provas de acesso à categoria de investigador auxiliar requeridas pela licenciada Isabel Maria Soares Reis Moura, para as quais foi nomeado o júri cuja composição foi publicada no *DR*, 2.ª, 231, de 1-10-93:

Aprovada com distinção e louvor.

9-12-93. — Pela Directora dos Serviços de Administração, *A. Fonseca*.

Aviso. — 1 — Faz-se público que, pelo prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *DR*, se encontra aberto concurso documental para recrutamento de um assistente de investigação da carreira de investigação científica do Instituto de Investigação Científica Tropical, para exercer funções no Centro de Zoologia.

2 — O presente concurso rege-se pelo disposto no Dec.-Lei 219/92, de 15-10, designadamente no seu art. 10.º, n.º 2, al. a), e no Regulamento das Provas e Concursos da Carreira de Investigação do mesmo Instituto, publicado no *DR*, 2.ª, 213, de 10-9-93.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido até ao provimento do referido lugar.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional corresponde à categoria de assistente de investigação e é o que consta no n.º 2 do art. 3.º do Dec.-Lei 219/92.

5 — Local de trabalho e vencimento — o local de trabalho situa-se em Lisboa, podendo eventualmente ser efectuadas deslocações aos países com os quais o Instituto de Investigação Científica Tropical coopera, e o vencimento será fixado em conformidade com o Dec.-Lei 408/89, de 18-11, e demais legislação complementar.

6 — Os candidatos devem possuir vínculo à função pública, bem como os requisitos especiais referidos na al. a) do n.º 2 do art. 10.º do Dec.-Lei 219/92, ou seja, ser assistentes do ensino superior ou assistentes de investigação de outros organismos com currículo e experiência na área científica considerada e ainda outras individualidades habilitadas com o mestrado em Medicina Veterinária e Zootecnia Tropicais, pela Faculdade de Medicina Veterinária, da Universidade Técnica de Lisboa, ou ainda estar nas condições expressas no n.º 3 do citado art. 10.º

7 — O método de selecção a utilizar é o de avaliação curricular, nos termos do n.º 2, al. a), e n.º 3 do art. 10.º do Dec.-Lei 219/92.

8 — Os candidatos devem apresentar a respectiva candidatura em requerimento dirigido ao presidente do Instituto, Rua Jau, 54, 1300 Lisboa, no qual deve constar a declaração, sob compromisso de honra, de que se encontram nas condições legais para se apresentarem a concurso.

8.1 — Juntamente com o requerimento de admissão a concurso os candidatos devem entregar o documento comprovativo de estarem nas condições exigidas em algum dos requisitos especiais indicados no n.º 6 do presente aviso.

9 — Terminado o prazo de apresentação das candidaturas, o presidente, previamente à nomeação do respectivo júri, mandará verificar se os candidatos estão em condições legais de serem admitidos.

10 — No prazo de 30 dias a contar da data em que lhes for notificado o despacho de admissão ou de não admissão ao concurso, os candidatos admitidos devem entregar:

- a) Um exemplar de cada uma das obras publicadas a título individual ou colectivo;
- b) Cinco exemplares do respectivo *curriculum vitae*.

11 — O júri, constituído nos termos dos arts. 19.º, n.ºs 2 e 7, e 20.º do Dec.-Lei 219/92, de 15-10, reunirá, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação da sua nomeação no *DR*, para analisar e discutir, em termos científicos, a admissão dos candidatos, devendo os mesmos proceder à exclusão daqueles cujo currículo científico não seja compatível com a categoria a que concorrem ou se situe fora da área em que é aberto o respectivo concurso.

11.1 — Sempre que um candidato for excluído, o júri elaborará um relatório justificativo, que será assinado por todos os membros e de cujo teor será dado conhecimento ao candidato.

12 — O júri proferirá decisão final sobre a apreciação e classificação dos candidatos, nos termos do art. 21.º do Dec.-Lei 219/92, com as necessárias adaptações, no prazo máximo de 90 dias a contar da publicação do despacho da respectiva nomeação.

17-11-93. — O Presidente, *Joaquim Alberto da Cruz e Silva*.

Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica

Aviso. — Faz-se público que foram renovados até 10-3-94 os contratos a termo certo celebrados, no âmbito do Programa Ciência, com os seguintes elementos:

- Abílio Manuel Vida.
 Bruno Filipe Ferreira Machado.

Ana Cristina Jacinto da Silva Gomes.
 Ana Isabel Saiote Furtado Micheli.
 Maria Alexandra Henriques Ribeiro Ramos Bento.
 Maria de Fátima Costa Lopes.
 Maria Margarida Alves Marcelino.

Foi igualmente renovado até 19-3-94 o contrato a termo certo celebrado, no âmbito do Programa Ciência, com Paula Isabel Gamito Fernandes.

16-12-93. — O Vice-Presidente, *Augusto Novais*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, devidamente homologada por despacho de 10-12-93 do secretário-geral, a lista de classificação final dos candidatos admitidos e aprovados no concurso interno geral de acesso para preenchimento de dois lugares de técnico-adjunto de 1.ª classe da área funcional de medições e orçamento do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (concurso n.º 1), aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 252, de 27-10-93, pode ser consultada no referido serviço, Ministério da Justiça, Praça do Comércio, rés-do-chão, Lisboa.

Esta lista admite recurso para o Ministro da Justiça no prazo de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso, com a dilação prevista no n.º 3 do art. 24.º do mencionado diploma.

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, devidamente homologada por despacho de 10-12-93 do secretário-geral, a lista de classificação final da candidata admitida e aprovada no concurso interno geral de acesso para preenchimento de um lugar de técnico superior principal, área de engenharia, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (concurso n.º 2), aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 271, de 19-11-93, pode ser consultada no referido serviço, Ministério da Justiça, Praça do Comércio, rés-do-chão, Lisboa.

Esta lista admite recurso para o Ministro da Justiça no prazo de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso, com a dilação prevista no n.º 3 do art. 24.º do mencionado diploma.

10-12-93. — O Presidente do Júri, *Sérgio Reis Neves*.

Conselho Superior do Ministério Público

Por despacho de 9-12-93 do conselheiro procurador-geral da República, no uso da sua competência que lhe foi delegada pelo Conselho Superior do Ministério Público:

Licenciado António Paiva Martins Lima, procurador da República, em regime de destacamento, como auxiliar, na sede do distrito judicial de Évora — renovado, por mais um ano, o referido destacamento, com efeitos a partir de 9-1-94. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

13-12-93. — O Secretário, *Maria Cristina Tavares Veiga Silva Maltez*.

Por despacho de 20-12-93 do conselheiro procurador-geral da República, no uso da sua competência que lhe foi delegada pelo Conselho Superior do Ministério Público:

Licenciado Ernesto António da Silva Maciel, procurador-geral-adjunto, exercendo, em comissão de serviço, as funções de chefe do gabinete do procurador-geral da República — renovada por mais três anos a referida comissão, com efeitos a partir de 22-1-94.

20-12-93. — O Secretário, *Maria Cristina Tavares Veiga Silva Maltez*.

Rectificação. — Por ter saído com inexactidão no *DR*, 2.ª, 243, de 16-10-93, a p. 10 822, rectifica-se que onde se lê «Licenciada Maria da Graça Lopes Marques, procuradora da República, em comissão de serviço, nos Supremos Tribunais» deve ler-se «Licenciada Maria

da Graça Lopes Marques, procuradora-geral-adjunta, em comissão de serviço, nos Supremos Tribunais».

17-12-93. — O Secretário, *Maria Cristina Tavares Veiga Silva Maltez*.

Directoria-Geral da Polícia Judiciária

Aviso. — Nos termos da al. d) do n.º 1 do art. 70.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Dec.-Lei 442/91, de 15-11, e para efeitos do art. 171.º do citado Código, ficam notificados todos os contra-interessados de que foi interposto recurso hierárquico do acto do júri que elaborou a acta de admissão e exclusão dos candidatos ao concurso externo para admissão de 200 candidatos ao curso de formação de agente estagiário do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, à qual se refere o aviso publicado no *DR*, 2.ª, 156, de 6-7-93.

Mais se notifica que, pelo prazo de 15 dias, o processo pode ser consultado no Departamento de Recursos Humanos, Largo do Andaluz, 17, 1000 Lisboa, prazo no qual poderão alegar o que tiverem por conveniente sobre os pedidos e os seus fundamentos.

Aviso. — Faz-se público que a lista de candidatos ao concurso para preenchimento de duas vagas de especialista-adjunto de polícia do nível 3 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 231, de 1-10-93, se encontra afixada no Departamento de Recursos Humanos, sito no Largo do Andaluz, 17, 1000 Lisboa, onde poderá ser consultada.

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a classificação final dos candidatos ao concurso interno de acesso para preenchimento de quatro vagas de especialista auxiliar de polícia do nível 3 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 231, de 1-10-93, homologada por despacho de 16-12-93, se encontra afixada no Departamento de Recursos Humanos, sito no Largo do Andaluz, 17, 1000 Lisboa, onde poderá ser consultada.

Esta lista admite recurso para o Ministro da Justiça, no prazo de 10 dias a contar da data da publicação do presente aviso, com a dilação prevista no n.º 3 do art. 24.º do mencionado diploma.

20-12-93. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Luís Correia Botelho*.

Direcção-Geral dos Serviços de Informática

Aviso. — Para efeitos do disposto na al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, a partir da data da publicação do presente aviso no *DR*, se encontra afixada, para consulta, na secção de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços de Informática, Avenida de Casal Ribeiro, 16, Lisboa, a lista dos candidatos admitidos ao concurso interno geral de acesso para provimento de cinco lugares de técnico superior de informática de 1.ª classe, em conformidade com o aviso publicado no *DR*, 2.ª, 274, de 23-11-93.

16-12-93. — O Director-Geral, *Luís A. L. Salgado*.

Instituto de Medicina Legal do Porto

Aviso. — Faz-se público que, por despacho de 26-11-93 do director do Instituto de Medicina Legal do Porto, no uso das competências próprias instituídas pelo Dec.-Lei 323/89, de 26-9, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno geral de acesso para preenchimento de uma vaga de chefe de secção do quadro de pessoal deste Instituto, anexo ao Dec.-Lei 387-C/87, de 29-12.

1 — Local, condições de trabalho e vencimento — o local de trabalho situa-se no Instituto de Medicina Legal do Porto, Jardim de Carrilho Videira, 4000 Porto, e o vencimento é o previsto no Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para a administração pública central e para o Ministério da Justiça.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para a referida vaga e cessa com o seu preenchimento.

3 — Conteúdo funcional — compete genericamente ao chefe de secção orientar, coordenar e supervisionar as actividades desenvolvidas na respectiva secção, em conformidade com as atribuições da área da contabilidade, aprovisionamento, património e da área de pessoal, expediente e arquivo e secretaria.

4 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar no presente concurso é o de avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

5 — Condições de candidatura — podem candidatar-se ao presente concurso os indivíduos que até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas reúnam os requisitos gerais para provimento na função pública e a que se reporta o art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e os requisitos especiais a que se refere o art. 23.º do mesmo diploma e se encontrem nas condições previstas no n.º 3 do art. 38.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7, com a adaptação do regime prevista no n.º 1 do art. 42.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, redigido em papel normalizado, nos termos do Dec.-Lei 112/90, de 4-4, dirigido ao director do Instituto de Medicina Legal do Porto, Jardim de Carrilho Videira, 4000 Porto, ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, para o mesmo endereço, considerando-se, neste caso, entregue atempadamente o requerimento e respectivos documentos cujo aviso de recepção haja sido expedido até ao termo do prazo fixado, e dele deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, data de nascimento, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e o serviço que o emitiu), situação militar, quando for caso disso, residência, código postal e telefone;
- Habilitações literárias;
- Categoria que o candidato possui, serviço a que pertence e o tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública.

7 — Nos termos do n.º 1 do art. 19.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação sob pena de exclusão:

- Certificado das habilitações literárias ou fotocópia da mesma, devidamente autenticada;
- Fotocópias das fichas de notação, devidamente autenticadas, referentes aos anos relevantes para efeitos de concurso;
- Declaração passada pelo serviço a que o candidato se ache vinculado, autenticada com selo branco ou carimbo, na qual conste, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa;
- Currículo (cinco exemplares) dactilografado e assinado com indicação detalhada da experiência profissional ou quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever mencionar para apreciação do seu mérito;
- Fotocópia do bilhete de identidade.

8 — De acordo com o n.º 4 do art. 19.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, os candidatos que sejam funcionários do Instituto de Medicina Legal do Porto ficam dispensados da apresentação dos documentos que constam do seu processo individual.

9 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreverem, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

10 — As falsas declarações prestadas serão punidas nos termos da lei em vigor.

11 — Regulamentação do concurso — o presente concurso é regulamentado pela seguinte legislação:

- Dec.-Lei 248/85, de 15-7;
- Dec.-Lei 387-C/87, de 29-12;
- Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- Dec.-Lei 353-A/89, de 16-11.

12 — Constituição do júri — o júri do presente concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Prof. Doutor José Eduardo Lima Pinto da Costa, director do Instituto de Medicina Legal do Porto.

Vogais efectivos:

Prof.ª Doutora Maria José Carneiro de Sousa, directora de serviços deste Instituto, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Licenciada Maria de Fátima Terra Pinheiro, directora de serviços deste Instituto.

Vogais suplentes:

Elisabeth Almeida Pereira Costa Varanda, chefe de reparação do Instituto de Medicina Legal de Lisboa.

Marta Maria de Almeida Azeredo de Gouvêa, chefe de secção do Instituto de Medicina Legal de Coimbra.

16-12-93. — O Director, *José Eduardo Lima Pinto da Costa*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Por despacho da subdirectora-geral, em substituição do director-geral dos Registos e Notariado de 6-12-93:

Licenciado Augusto Laiginha Monteiro, conservador dos Registos Civil e Predial de Ponte de Sor, a exercer, interinamente, idênticas funções em Sobral de Monte Agraço — nomeado conservador, interino, da Conservatória do Registo Predial da Guarda. (Não carece de visto do TC.)

Rectificação. — Nos termos do n.º 6 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que se encontra afixada na Direcção de Serviços de Identificação Civil desta Direcção-Geral, Rua de Gomes Freire, 174, Lisboa, a alteração à lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso para oficial administrativo principal, aberto por aviso publicado no *DR*, 2.ª, 250, de 25-10-93.

17-12-93. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

Despacho conjunto. — Na sequência de proposta nesse sentido formulada pela Direcção da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores e ao abrigo do disposto no art. 17.º, n.º 2, da Port. 820/89, de 15-9, e do art. 109.º, n.º 2, do respectivo Regulamento, aprovado pela Port. 487/83, de 27-4, é nomeado o licenciado Orlando Eduardo de Sousa Machado Lopes, primeiro-assessor da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, em regime de comissão de serviço, director de serviços da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores.

O Ministro da Justiça, *Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio*. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Bernardo Velloso Falcão e Cunha*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral do Pessoal

Vasco dos Santos Barjona de Freitas, chefe de secção do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros (pessoal administrativo) — despacho ministerial de 16-11-93 determinando que seja designado para ir prestar serviço no Consulado-Geral de Portugal em Goa. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

15-12-93. — O Subdirector-Geral, *Sérgio Manuel dos Reis e Sousa*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Secretaria-Geral

Por despacho de 15-10-93 do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura:

Maria Manuela Valente Coelho e Virgolina Fernanda dos Santos de Almeida Vilela, chefes de repartição do quadro de pessoal da Secretaria-Geral (SEG) — transitam, através de lista nominativa, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral, a que se refere o n.º 1 do art. 31.º do Dec.-Lei 95/93, de 2-4, constante do mapa 1 anexo à Port. 771/93, de 3-9. (Visto, TC, 22-11-93. São devidos emolumentos.)

13-12-93. — O Secretário-Geral, *José Manuel Mendonça Lima*.

Instituto Florestal

Por despachos de 9 e 24-11-93, respectivamente, do vogal do conselho directivo deste Instituto Florestal e do conselho de administração do Hospital de São José:

Maria Salomé de Moura Pires Guerreiro Palma, terceiro-oficial daquele Hospital — autorizada a requisição para este Instituto para prestar serviço na Delegação Florestal do Algarve, com efeitos a partir de 1-1-94.

15-12-93. — O Director de Serviços, *Carlos Valente*.

Rectificação. — Para os devidos efeitos se rectifica o aviso publicado no DR, 2.ª, 190, de 14-8-93, pelo que onde se lê «pertencentes a herdeiros de João C. Nunes Viador» deve ler-se «pertencentes a herdeiros de João Chula Nunes» e ainda onde se lê «*Platanus hybrida* Brot., vulgarmente conhecido por plátano, situado na estrada nacional n.º 266 (sul de Monchique), no lugar de Pé da Cruz, freguesia e concelho de Monchique» deve ler-se «Uma alameda de 17 *Platanus hybrida* Brot., vulgarmente conhecida por plátano, situado na estrada nacional n.º 266, à entrada sul de Monchique, no lugar de Pé da Cruz, freguesia e concelho de Monchique, pertencentes à Junta Autónoma de Estradas».

10-12-93. — A Directora de Serviços, *Maria Manuela Pedrosa*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Aviso. — 1 — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, avisa-se que a lista de classificação final do único candidato ao concurso interno geral de ingresso, após estágio, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de médico veterinário, a que se refere o aviso publicado no DR, 2.ª, 272, de 26-11-91, extraída da acta homologada por despacho de 15-12-93 do director regional de Agricultura da Beira Litoral, poderá ser consultada, durante as horas normais de expediente, na sede desta Direcção Regional de Agricultura, Avenida de Fernão de Magalhães, 465, em Coimbra.

2 — De acordo com o previsto no art. 34.º do acima citado diploma legal, da homologação cabe recurso, com efeitos suspensivos, a interpor para o Secretário de Estado da Agricultura, no prazo de 10 dias contados da data do registo do ofício que remeter fotocópia daquela lista ao candidato, respeitada a dilação de 3 dias.

15-12-93. — Pelo Presidente do Júri, *Maria Manuela Lette Paulos*.

Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar

Por despacho de 22-11-93, do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura:

Jaime de Jesus Lopes Silva, técnico superior de 1.ª classe da carreira de técnico superior do quadro da ex-DGMAIAA — autorizada a prorrogação do destacamento para exercer funções como perito nacional na Comissão das Comunidades Europeias. (Isento de fiscalização do TC.)

Por despachos de 27-8-93 do presidente do Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar e de 30-8-93 do vogal do conselho directivo do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar:

Armindo Teixeira Saraiva e Zulmira Maria Cristão Peres Cura, escriturários-dactilógrafos do quadro de pessoal do ex-Instituto de Qualidade Alimentar — autorizados os destacamentos, nos termos neste Instituto, com efeitos a partir de 1-9-93.

3-12-93. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Elvira Teles Santos*.

Por despachos de 23-8 e 14-9-93, respectivamente, do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura e da Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento:

Helder José Henrique Bicho, engenheiro agrónomo, requisitado ao Banco Pinto & Sotto Mayor, para exercer funções de assessor principal na ex-DGMAIAA, com remuneração correspondente ao escalão 1, índice 700, do sistema retributivo da função pública —

autorizada a prorrogação, por mais oito meses, com efeitos reportados a 15-9-93, por urgente conveniência de serviço. (Isentos de fiscalização do TC.)

Por despacho de 18-10-93 do Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro (visto, TC, 15-11-93):

Elisa da Conceição Carvalhido Parente Novo, telefonista, da carreira de telefonista, do quadro de pessoal da ex-DGMAIAA — transita para a categoria de técnica auxiliar de 2.ª classe, carreira do mesmo nome, escalão 4, índice 215, do quadro de pessoal do Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústria Agro-Alimentar, aprovado pela Port. 773/93, de 3-9, ainda não provido. (São devidos emolumentos.)

15-12-93. — A Vice-Presidente, *Maria João Abecasis*.

Por despacho de 26-11-93 do presidente da Comissão de Reestruturação do IROMA e de 13-12-93 do vice-presidente do IMAIAA, em substituição do presidente:

Maria Adelaide Santos Neves, escriturária-dactilógrafa do quadro de pessoal da ex-JNPP — autorizada a prorrogação da requisição que vem exercendo neste Instituto, por mais um ano, com efeitos a partir de 17-11-93. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

15-12-93. — A Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Elvira Teles dos Santos*.

Instituto da Vinha e do Vinho

Por despacho do Secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar de 6-12-93:

Engenheiro António Manuel Ferreira Bidarra, chefe de divisão da Direcção de Serviços da Agricultura e Pescas na Direcção-Geral das Comunidades Europeias — nomeado, em comissão de serviço, director de Serviços dos Assuntos Comunitários do quadro de pessoal do Instituto da Vinha e do Vinho, sendo-lhe dada por finda a situação anterior em que se encontrava investido. (Não carece de fiscalização prévia do TC.)

20-12-93. — O Presidente, *Luís Gusmão Rodrigues*.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

GABINETE DO MINISTRO

Desp. 113/93. — Na sequência da assinatura do contrato de concessão relativo à exploração do serviço público de importação de gás natural e do seu transporte e fornecimento através da rede de alta pressão, a respectiva concessionária, TRANSGÁS, apresentou na Direcção-Geral de Energia, ao abrigo do disposto no Dec.-Lei 232/90, de 16-7, o projecto de traçado do gasoduto Setúbal-Braga.

Dando-se cumprimento ao preceituado no n.º 3 do art. 2.º do citado decreto-lei, o projecto foi enviado aos Ministérios referidos naquela disposição, bem como aos municípios abrangidos pelo traçado do gasoduto, para emissão do respectivo parecer.

Tendo decorrido o prazo legal para emissão dos pareceres solicitados, foram recebidas, de ministérios e municípios consultados, indicações e sugestões para inclusão no projecto. Também a Direcção-Geral de Energia concordou na generalidade com o projecto de traçado do gasoduto, tendo igualmente apresentado um conjunto de observações e sugestões para acolhimento no desenvolvimento do projecto.

A concessionária TRANSGÁS foi informada da totalidade das observações e sugestões apresentadas, tendo aceite a sua oportunidade e apresentado compromisso de cumprimento das mesmas, no desenvolvimento futuro do projecto.

Assim, considerando o disposto no n.º 1 do art. 2.º do referido Dec.-Lei 232/90, determino:

1.º Tendo presentes os pareceres recebidos e os compromissos assumidos pela concessionária TRANSGÁS e sem prejuízo dos ajustes que se vierem a revelar necessários em resultado do processo de avaliação do impacto ambiental que se encontra em curso, é aprovado o projecto de traçado do gasoduto de alta pressão Setúbal-Braga, apresentado por aquela concessionária.

2.º Declaro a utilidade pública do projecto ora aprovado, com os efeitos decorrentes do disposto no n.º 4 do art. 2.º do Dec.-Lei 232/90.

3.º Para efeitos do disposto no número anterior, a Direcção-Geral de Energia deverá proceder à tempestiva publicação no *DR*, 2.ª série, da planta do traçado do gasoduto.

15-12-93. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.

Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

Por contratos de 21-9-93:

Dawei Liang e José Francisco Colaço Vilão — contratados, em regime de avença, pelo período de 12 meses, renováveis, com direito às prestações mensais de 80 000\$ e 100 000\$, respectivamente, com efeitos desde 29-11-93. (Visto, TC, 29-11-93. São devidos emolumentos.)

Por despachos de 15-12-93 do vice-presidente do conselho directivo do INETI:

Maria Teresa de Fátima Ribeiro Gomes de Barros Serraventoso e Cristina Maria Sanches Simões de Faria — renovados, por mais um ano, os contratos de trabalho a termo certo, para desempenharem funções correspondentes a técnicas superiores principais e de 1.ª classe, respectivamente, neste Instituto, com efeitos a partir de 15-1-94. (Isentos de fiscalização prévia do TC.)

16-12-93. — A Directora de Serviços, *Rosa Maria Biscaia de Almeida*.

Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo

Aviso. — 1 — Faz-se público que, autorizado por despacho do director do Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo (GPEP) de 13-12-93, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de acesso para uma vaga na categoria de técnico superior principal, do grupo de pessoal técnico superior e carreira técnica superior, área funcional de geologia, do quadro de pessoal do GPEP, constante do mapa 1 anexo ao Dec. Regul. 23/90, de 7-8.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido e esgota-se com o preenchimento da vaga na categoria acima referida.

3 — Legislação aplicável — o presente concurso rege-se pelo disposto nos Decs.-Leis 248/85, de 15-7, 265/88, de 28-7, e 498/88, de 30-12.

4 — Conteúdo funcional — o conteúdo funcional do lugar posto a concurso e que se insere na área funcional de geologia é o seguinte:

Competem ao técnico superior principal funções de estudo, concepção e adaptação de métodos e processos técnico-científicos de âmbito geral e na área da geologia, da geologia estrutural e petrofísica, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, e ainda funções de acompanhamento e fiscalização das actividades das entidades licenciadas ou concessionadas pelo Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo para o exercício de prospecção, pesquisa, desenvolvimento ou produção de hidrocarbonetos.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se em Lisboa, nas instalações do Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as vigentes na função pública.

6 — Vencimento — o vencimento é o constante do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, e diplomas complementares, de acordo com o escalão e índice correspondentes e as regras neles estabelecidas.

7 — Condições de candidatura — os candidatos devem:

- Satisfazer os requisitos gerais mencionados nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e possuir a categoria de técnico superior de 1.ª classe com, pelo menos, três anos na respectiva categoria classificados de *Bom*;
- Ser funcionário de serviço ou organismo da administração central.

8 — Método de selecção — o método de selecção a utilizar será o de avaliação curricular, complementado por entrevista.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — A candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao director do Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo, podendo ser entregue pessoalmente na Secção Administrativa do Gabinete para a Pesquisa e Exploração de Petróleo, acompanhado de duplicado ou fotocópia, que servirá de recibo, ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao fim do prazo fixado para a Rua do Vale de Pereiro, 4, 1200 Lisboa, dele devendo constar:

- Identificação completa do candidato (nome, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telefone);
- Habilitações literárias;
- Categoria que actualmente detém no serviço a que pertence, natureza do vínculo e tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública;
- Referência ao concurso a que se candidata;
- Classificação de serviço dos anos relevantes para efeitos de promoção.

9.2 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser acompanhado de *curriculum vitae*, bem como dos seguintes documentos, nos termos do disposto na al. e) do art. 16.º e art. 23.º do Dec.-Lei 498/88:

- Declaração, passada e autenticada pelo serviço o organismo de origem, da qual conste a categoria e natureza do vínculo, antiguidade na categoria actual, na carreira e na função pública e classificações de serviço atribuídas ao candidato nos anos considerados relevantes;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Declaração pormenorizada do conjunto de tarefas, actividades e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que o candidato ocupa;
- Certificado das acções de formação profissional complementar, onde conste o período de formação;
- Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

9.3 — O disposto nos números anteriores não impede que o júri exija dos candidatos a apresentação, em caso de dúvida, de documentos comprovativos das suas declarações.

9.4 — As falsas declarações serão punidas por lei.

10 — A constituição do júri é a seguinte:

Presidente — Dr. João Manuel Moreira Telo Pacheco, subdirector.

Vogais efectivos:

Dr. Fernando David Laima, técnico superior principal, que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos.
Prof. Doutor Manuel Oliveira e Silva, professor universitário.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria de Santa Teresinha Barroso Abecasis, directora de serviços.
Dr. Hermano Nunes Mendes, assessor.

13-12-93. — O Director, *José Goinhas*.

Direcção-Geral de Energia

Aviso. — Nos termos da al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informa-se que, para efeitos de consulta, se encontra afixada na Direcção-Geral de Energia, Avenida de 5 de Outubro, 87, Lisboa, a lista do candidato admitido ao concurso interno geral de ingresso para preenchimento de uma vaga na categoria de motorista de ligeiros, da carreira de motorista de ligeiros, área funcional de condução e conservação de viaturas, do quadro da Direcção-Geral de Energia, conforme aviso publicado no *DR*, 2.ª, 275, de 24-11-93.

20-12-93. — A Chefe de Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Maria Alexandra Gonçalves*.

CLASSIF.	NR	NOME	BI	VALORES	**	QUADRO(S) DE VINCULAÇÃO (CANDIDATURA)	**
000973	MARIA AMALIA COSTA A. GONCALVES	0773C736	B)				
000744	MARIA ANJOS CORREIA MARTINS	07187655	B)				
000566	MARIA ANTONIA FREITAS C. FERREIRA	0242C578	A)				
001023	MARIA ANTONIA SILVA CRISTINA	02027802	B)				
000230	MARIA AUGUSTA BAPTISTA D. ALVES	49630067	B)				
001155	MARIA CLOTILDE MATEUS OLIVEIRA	04162055	B)				
000671	MARIA CONCEICAO MACHADO TIMOCC LUZ	05764125	B)				
000894	MARIA CRUZ PACHECO G. BRANQUINHO	05386659	B)				
000450	MARIA DA CONCEICAO GOMES SANTOS	03266754	B)				
000523	MARIA DA CONCEICAO VENTURA	03658863	A)				
000612	MARIA DA LUZ GRABULHO GABRIEL	05786230	B)				
001287	MARIA DE GUADALUPE MORGADO VELHINHO	0231C424	A)				
000991	MARIA DO CARMO COSTA SANTOS VENTURA	05501548	B)				
000183	MARIA FATIMA FERNANDES R. MARQUES	02993233	B)				
001175	MARIA FERNANDA SILVA	03147937	B)				
001392	MARIA GEORGINA MARQUES SANTOS	04388509	B)				
000817	MARIA HELENA NOGUEIRA LOPES	04273566	B)				
000752	MARIA HELENA SILVA CARVALHO MELO	03968803	B)				
001660	MARIA IDALINA DA COSTA MACHADO	03836936	B)				
001082	MARIA LEONOR DUARTE OLIVEIRA	09402374	B)				
000434	MARIA LEONOR PINTO SANTOS RODRIGUES	06577556	B)				
000477	MARIA LUCILIA NEVES COSTA	02496284	B)				
001180	MARIA LUZ BARATA NUNES BARROCA	06386917	B)				
001368	MARIA MANUELA RODRIGUES A. LOPES	05733063	B)				
001868	MARIA MARQUES DA SILVA	02305652	B)				
000205	MARIA OLINDA GONCALVES DINIS	07255139	A)				
000124	MARIA ROSA CARAPETO CATACUS AZEDA	54935199	B)				
000680	MARIA ROSA PEREIRA JULIANO REIS	0470C590	B)				
000388	MARIA SAMEIRO LEITE G. MILAGATA	01662818	B)				
001295	MARIA SILVINA MORTELAO GRILLO	04824098	B)				
000710	MARIA SILVINA MARQUES PASCOAL	03780323	B)				
001333	CLINDIA GRACA AFONSO ALVES	1875474C	B)				
001260	PORFIRIO AUGUSTO MIRANDA	0315C476	B)				
001957	PRECIOSA DO CEU DE SA G. PEREIRA	05698330	B)				
000701	RITA CARMO FERREIRA SILVA GOMES	04945550	B)				
000213	ROSARIA CHARRINHO VIEIRA BAUTC	05077511	B)				
000540	TERESA FATIMA RODRIGUES SA	82832951	B)				
001341	VERA CEU TEIGA	03863360	B)				
001279	ZELIA MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO	05249644	B)				

A) POR TER OBTIDO CLASSIFICACAO INFERIOR A 9,5 VALORES.

B) POR NAO TER COMPARECIDO A PROVA DE CONHECIMENTOS.

4 - NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ART. 34.º DO DEC.-LEI 498/88, DE 30-12, PODEM OS CANDIDATOS EXCLUIDOS INTERPOR RECURSO PARA O SECRETARIAT DE ESTADO DOS RECURSOS EDUCATIVOS, NO PRAZO DE 10 DIAS CONTADO A PARTIR DA DATA DA PUBLICACAO DA PRESENTE LISTA.

22-12-93. - A DIRECTORA DO DEPARTAMENTO, MARIA CONCEICAO CASTRO RAMOS

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES

Desp. SET 40-XII/93. — 1 — Tendo a TAP — Air Portugal, com sede no edifício 25 do Aeroporto de Lisboa, 1700 Lisboa, satisfeito todos os requisitos exigíveis para o efeito e verificando-se os demais pressupostos legais, é-lhe pelo presente despacho, ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 2407/92 do Conselho, de 23-7, e do art. 3.º do Dec.-Lei 66/92, de 23-4, concedida licença para explorar serviços aéreos regulares na rota Lisboa-Telavive, em que deverá assegurar um número anual mínimo de 52 frequências de ida e volta.

2 — Pela concessão da presente licença são devidas as taxas a que houver lugar, de acordo com o art. 25.º do Dec.-Lei 66/92, de 23-4, e a Port. 464/92, de 5-6.

16-12-93. — O Secretário de Estado dos Transportes, *Jorge Manuel Mendes Antas*.

Desp. SET 41-XII/93. — 1 — Tendo a TAP — Air Portugal, com sede no edifício 25 do Aeroporto de Lisboa, 1700 Lisboa, satisfeito todos os requisitos exigíveis para o efeito e verificando-se os demais pressupostos legais, é-lhe pelo presente despacho, ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 2407/92 do Conselho, de 23-7, e do art. 3.º do Dec.-Lei 66/92, de 23-4, concedida licença para explorar serviços aéreos regulares na rota Funchal-Viena, em que deverá assegurar um número anual mínimo de 52 frequências de ida e volta.

2 — Pela concessão da presente licença são devidas as taxas a que houver lugar, de acordo com o art. 25.º do Dec.-Lei 66/92, de 23-4, e a Port. 464/92, de 5-6.

16-12-93. — O Secretário de Estado dos Transportes, *Jorge Manuel Mendes Antas*.

Direcção-Geral da Aviação Civil

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, informa-se que, devidamente homologada por despacho do director-geral de 17-12-93, se encontra afixada na Avenida da Liberdade, 193, e na Rua B, edifício 5, Aeroporto de Lisboa, a lista de classificação final respeitante ao concurso externo de ingresso para o preenchimento de quatro vagas de subinspector de 2.ª classe, da carreira técnica de inspecção de aviação civil, do quadro desta Direcção-Geral, conforme aviso publicado no DR, 2.ª, 246, de 25-10-91.

21-12-93. — O Presidente do Júri, *Manuel Vieira Conde e Silva*.

Aviso. — Nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, torna-se público que se encontra afixada, para consulta, na Avenida da Liberdade, 193, rés-do-chão, Lisboa e na Rua B, Aeroporto de Lisboa, a lista de classificação final dos candidatos ao concurso interno de acesso para o preenchimento de quatro vagas de subinspector especialista principal da carreira técnica de inspecção de aviação civil, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.ª, 230, de 30-9-93.

20-12-93. — O Presidente do Júri, *José Camilo Pastor*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

Louvor. — Ao cessar funções de adjunto do meu Gabinete, em virtude de ter sido nomeado chefe de gabinete do Ministro do Emprego e da Segurança Social, aprez-me louvar o Dr. João Pedro Saldanha Serra e exprimir publicamente o meu reconhecimento pelo apuro, dedicação, competência e lealdade de que deu provas no exercício das suas funções.

13-12-93. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Álvaro Severiano da Silva Magalhães*.

Desp. SEOP 26-XII/93. — Tendo sido nomeado chefe de gabinete do Ministro do Emprego e da Segurança Social em 9-12-93, ao abrigo do n.º 1 do art. 6.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, exonero o licenciado João Pedro Saldanha Serra do cargo de adjunto do meu Gabinete a partir da mesma data.

13-12-93. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Álvaro Severiano da Silva Magalhães*.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Por meu despacho de 18-10-93:

Maria da Conceição Santos Mendes Pires, operadora de sistema esmagadora contratada em regime de contrato administrativo de provimento — renovado o referido contrato, pelo período máximo de um ano, a partir de 19-10-93, por urgente conveniência de serviço. (Visto, TC, 29-11-93.)

15-12-93. — O Director, *E. R. de Arantes e Oliveira*.

Aviso. — Para os devidos efeitos se faz público que se encontram afixadas no átrio deste Laboratório Nacional as listas dos candidatos admitidos aos concursos internos gerais de acesso às categorias de técnico auxiliar principal e de técnico auxiliar de 1.ª classe, da carreira técnica auxiliar oficial (área funcional de construção, reparação e manutenção de edifícios), abertos por aviso publicado no DR, 2.ª, 258, de 4-12.

Os candidatos serão avisados, por officio, da data, hora e local da entrevista profissional de selecção.

Das listas cabe recurso para o director deste Laboratório Nacional, no prazo de 10 dias, com dilação de 3 dias, contados a partir da data do registo do envio da fotocópia das respectivas listas aos candidatos.

16-12-93. — O Director, *E. R. de Arantes e Oliveira*.

Junta Autónoma de Estradas

Por despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas de 6-12-93:

José Carlos Baptista dos Santos, engenheiro civil assessor principal — nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de chefe da Divisão de Conservação da Direcção dos Serviços de Pontes.

Por despachos do presidente desta Junta de 9-12-93:

Nomeados engenheiros civis assessores principais, na sequência da criação dos respectivos lugares no quadro, a extinguir quando vagarem, os seguintes dirigentes, que se manterão no exercício dos actuais cargos:

Alfredo Rodrigues Amaral.
 António da Cunha Lucas.
 António Joaquim Simões Vasco.
 Carlos Alberto Esteves de Almeida Roque.
 João Manuel Ribeiro de Almeida.
 João Manuel de Sousa Marques.
 João Vasco dos Santos Marques.
 Joaquim Antunes Simão.
 Joaquim José Rocio Pereira Mendes.
 Joaquim Mendes dos Santos Bilro.
 Jorge Manuel de Sousa da Silva Ângelo.
 Jorge Zúñiga de Almeida Santo.
 José Augusto Santana Gonçalves.
 José Maria da Cunha Donas Botto.
 Manuel Joaquim da Mota e Costa.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do TC.)

Aviso. — Concurso interno geral de acesso à categoria de arboricultor, a que se refere o aviso de abertura publicado no DR, 2.ª, 251, de 26-10-93. — Em conformidade com a al. b) do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, são avisados os candidatos ao concurso acima referido de que a respectiva lista se encontra patente na sede desta Junta, sita na Praça da Portagem, em Almada, e nas direcções dos serviços regionais de estradas e direcções distritais, sitas nas capitais dos diversos distritos, onde poderá ser consultada.

A entrevista a que se refere a al. b) do n.º 7 do aviso do concurso será efectuada em dia, local e hora a indicar por carta registada, com aviso de recepção, e endereçada a cada um dos candidatos.

20-12-93. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Maria José Capote Fernandes*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Aviso. — Nos termos do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso interno geral para a constituição de reserva de recrutamento com vista ao preenchimento de um lugar de oficial administrativo principal, da carreira de oficial administrativo, do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional do Centro, deste instituto público, cujo aviso de abertura foi publicado no DR, 2.ª, 265, de 12-11-93, se encontra afixada na referida Direcção Regional, sita na Avenida de Emídio Navarro, 81, 2.º-A, em Coimbra.

Aviso. — Nos termos do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso interno geral para a constituição de reserva de recrutamento com vista ao preenchimento de um lugar de primeiro-oficial, da carreira de oficial administrativo, do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional do Centro, deste instituto público, cujo aviso de abertura foi publicado no DR, 2.ª, 265, de 12-11-93, se encontra afixada na referida Direcção Regional, sita na Avenida de Emídio Navarro, 81, 2.º-A, em Coimbra.

Aviso. — Nos termos do n.º 2 do art. 24.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que a lista dos candidatos admitidos e excluídos no concurso interno geral para a constituição de reserva de recrutamento com vista ao preenchimento de um lugar de segundo-oficial, da carreira de oficial administrativo, do quadro de pessoal da Direcção de Gestão Habitacional do Centro, deste instituto público, cujo aviso de abertura foi publicado no DR, 2.ª, 265, de 12-11-93, se encontra afixada na referida Direcção Regional, sita na Avenida de Emídio Navarro, 81, 2.º-A, em Coimbra.

14-12-93. — O Presidente do Júri, *Manuel Ferreira dos Santos Pato*.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

GABINETE DO MINISTRO

Desp. 844/93. — Nos termos do n.º 1 do art. 2.º e do art. 6.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, nomeio para o cargo de chefe do meu Gabinete o licenciado João Pedro Saldanha Serra.

9-12-93. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Bernardo Veloso Falcão e Cunha*.

Desp. 845/93. — Nos termos do n.º 1 do art. 2.º, do n.º 2 do art. 5.º e do art. 6.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, nomeio para o cargo de minha secretária pessoal Maria do Céu Mousinho Lopes, que para o efeito é requisitado à Transgás — Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S. A.

7-12-93. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Bernardo Veloso Falcão e Cunha*.

Desp. 846/93. — Nos termos do n.º 1 do art. 2.º, n.º 2 do art. 5.º e do art. 6.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, nomeio Helena Maria Martins da Silva Campos para o cargo de minha secretária pessoal.

9-12-93. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Bernardo Veloso Falcão e Cunha*.

Desp. 847/93. — Nos termos do n.º 1 do art. 2.º, do n.º 2 do art. 5.º e do art. 6.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, nomeio para o cargo de minha secretária pessoal a oficial administrativa principal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério Maria Adelaide Henriques Lopes Nogueira de Campos.

7-12-93. — O Ministro do Emprego e da Segurança Social, *José Bernardo Veloso Falcão e Cunha*.

Secretaria-Geral

Por despacho de 9-12-93 do Ministro do Emprego e da Segurança Social:

Destacados no Gabinete do Ministro do Emprego e da Segurança Social, nos termos do art. 10.º do Dec.-Lei 262/88, de 23-7, os seguintes motoristas de ligeiros

do quadro da Secretaria-Geral do mesmo Ministério, com efeitos a partir de 7-12-93:

João Maria Fernandes Pires Trigo.
Alberto Maria Rodrigues.
José Porfírio Nabais.

Por despacho de 10-12-93 do Secretário de Estado da Segurança Social:

Destacados no Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social:

Manuel Brites Henriques, motorista de ligeiros do quadro da Secretaria-Geral do Ministério do Emprego e da Segurança Social.
Ibraim Ramos Domingues, motorista de ligeiros do quadro do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo.
Paulo Reinaldo Baptista Dias, motorista de ligeiros do quadro do Centro Nacional de Pensões.

(Os referidos destacamentos reportam-se a 7-12-93.)

16-12-93. — A Secretária-Geral, *Maria Isabel Ivens Fernandes*.

Casa Pia de Lisboa

Por meu despacho de 13-10-93:

Fernanda Lopes dos Santos e Maria Mesquita Gouveia Chaves — nomeadas, em comissão de serviço, precedendo concurso, cozinheiras do quadro de pessoal da Casa Pia de Lisboa. (Visto, TC, 25-11-93. São devidos emolumentos.)

9-12-93. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo*.

Por meu despacho de 3-9-93:

Nomeados efectivos provisórios para o quadro de pessoal docente da Casa Pia de Lisboa os seguintes docentes:

Ensino preparatório

1.º grupo:

Maria de Fátima Ramalho Bento Alves Marvão.

3.º grupo:

Emília Maria da Cruz Lourenço.
Maria Salete Brito Santos Guterres.

4.º grupo:

Ana Maria Martins Gaspar Leão Macedo.

Trabalhos Manuais:

Eugénia Maria Mendes Ribeiro Almeida Magno Figueiredo.
Fernanda Maria Adão Pereira.
Edith Laura Viana Silva Sousa.
Maria da Conceição Bustorff Dornelas Cysneiros Marinho Santos.

Educação Moral e Religiosa Católica:

Maria da Luz Sousa Rodrigues Rego Pereira de Castro Ferreira.

Ensino secundário

1.º grupo:

Maria Helena Cunha Brochado Martins.

2.º grupo A:

Amaral do Nascimento Macedo.

2.º grupo B:

Carlos Filipe Luz Soeiro.

6.º grupo:

Álvaro Eduardo da Costa Amaral.

Maria de Lurdes Marques Cerdeira — nomeada docente efectiva do 5.º grupo do ensino preparatório do quadro de pessoal docente da Casa Pia de Lisboa.

(Visto, TC, 25-11-93. São devidos emolumentos.)

13-12-93. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo*.

Aviso. — Torna-se público que, nos termos do art. 33.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, Vítor Manuel Lopes, único candidato ao concurso para a categoria de técnico-adjunto especialista principal, da carreira de monitor, do quadro de pessoal da Casa Pia de Lisboa, aberto por aviso publicado no DR, 2.ª, 229, de 29-9-93, foi classificado com a nota final de 17,25 valores, em acta por mim homologada em 3-12-93.

7-12-93. — O Provedor, *Luís Manuel Martins Rebelo*.

Centro Regional de Segurança Social do Norte

Por deliberação do conselho directivo deste Centro Regional de 22-9-93:

Maria Madalena Fernandes Barbosa de Sousa, segundo-oficial deste Centro Regional — autorizado o regresso ao regime de trabalho de tempo completo, a partir de 1-11-93.

Por despacho do Secretário de Estado da Segurança Social de 18-11-93:

João Augusto Ribeiro Belo, técnico superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal deste Centro Regional — nomeado, em comissão de serviço, director de Serviços Administrativos do Serviço Sub-Regional do Porto.

José Maria Barroso Gonçalves, assessor principal de informática, da carreira técnica superior de informática, do quadro de pessoal deste Centro Regional — nomeado, em comissão de serviço, director de Serviços de Identificação e de Registo de Remunerações do Serviço Sub-Regional do Porto.

(Não carece de fiscalização prévia do TC.)

14-12-93. — Pelo Conselho Directivo, o Director de Serviços, *Jorge Manuel Bessa Lage*.

Centro Regional de Segurança Social do Centro

Serviço Sub-Regional de Leiria

Por despacho do conselho directivo do Centro Regional de Segurança Social de Leiria de 28-6-93, no uso de competência subdelegada:

Eliseta Benta Santos Fragoso, Maria de Fátima Venceslau Bernardo, Maria Aurora Rosário e Maria Idalina Trindade Inácio — nomeadas, precedendo concurso, na categoria de auxiliar de serviços gerais, para exercerem funções no Lar Residencial de Alcobaça. (Fiscalização prévia do TC, 11-11-93. São devidos emolumentos.)

Aditamento à lista nominativa do pessoal das casas do povo do distrito de Leiria integrado no regime jurídico dos funcionários e agentes da Administração Pública e no quadro de pessoal do Centro Regional de Segurança Social de Leiria, nos termos do art. 6.º, n.ºs 1 e 2, do Dec.-Lei 245/90, de 27-7, aprovada por despacho de 30-12-92 do Secretário de Estado da Segurança Social (fiscalização prévia do TC. São devidos emolumentos):

Pessoal administrativo:

Segundo-oficial Fernando Manuel Valente Pires.
Terceiro-oficial Humberto da Costa Lopes.

30-11-93. — A Directora, *Maria de Fátima Bento Soares Pereira*.

Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

Por deliberação de 31-8-93 do conselho directivo (visto, TC, 26-11-93):

Odete do Espírito Santo Saide — nomeada, após concurso, ajudante de lar e centro de dia, para o quadro de pessoal deste Centro Regional. (São devidos emolumentos.)

10-12-93. — A Directora de Serviços de Gestão de Pessoal, *Zélia Brito*.

Por deliberação de 31-8-93 da comissão instaladora:

Maria Fernanda Santareno Correia e António Pimentel de Aguiar — nomeados, após estágio, por urgente conveniência de serviço, na

abonos ou despesas, a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte ou de ajudas de custo antecipadas ou não.

O exercício desta competência fica dependente da prévia autorização genérica das deslocações em serviço pela directora-geral;

- d) Qualificar como acidente em serviço os sofridos por funcionários e agentes e autorizar o processamento das respectivas despesas, até ao limite de 600 000\$;
- e) Praticar todos os actos subsequentes à autorização de despesas.

II — A delegação de competências na subdirectora-geral é feita com a faculdade de subdelegação, no todo ou em parte, cujo exercício fica, porém, condicionado ao prévio conhecimento da directora-geral em cada caso concreto.

III — Delego nos directores de serviços, no âmbito das direcções de serviços que dirigem:

I — Na área de gestão de recursos humanos:

- a) Assinar os termos de aceitação ou conferir posse ao pessoal que estiver na sua directa dependência, bem como autorizar o referido pessoal a tomar posse em local diferente daquele em que foi colocado;
- b) Aprovar o plano anual de férias do pessoal adstrito à respectiva direcção de serviços, com excepção do pessoal dirigente.

IV — Delego no chefe da Repartição Administrativa e Financeira a competência para:

- a) Assinar folhas e documentos de despesa a remeter às competentes entidades, nos termos da lei, e, bem assim, o expediente relativo às restantes despesas, prévia e superiormente autorizadas, cujas facturas se encontrem dentro do prazo regulamentar;
- b) Assinar todas as requisições de aquisições de bens ou serviços e requisições de transporte relativas a deslocações, bem como o expediente relativo ao processamento dos boletins itinerários mensais, desde que previamente autorizadas.

V — A delegação de competências referida neste despacho entende-se sempre feita sem prejuízo dos poderes de avocação e de superintendência.

VI — O presente despacho entra imediatamente em vigor.

17-11-93. — A Directora-Geral, *Maria Joaquina Ruas Madeira*.

Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social

Aviso. — Torna-se público que, por meu despacho de 22-10-93, foi anulado o concurso interno geral de acesso com vista ao preenchimento de um lugar vago na categoria de chefe de secção do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social, aberto em conformidade com o aviso publicado no *DR*, 2.ª, 182, de 5-8-93, e rectificado conforme aviso publicado no *DR*, 2.ª, 199, de 25-8-93, com fundamento na violação do disposto na al. b) do n.º 1 do art. 5.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, e determinando a abertura de novo concurso para a mesma categoria.

29-10-93. — O Director-Geral, *Hidário das Neves*.

Aviso. — I — Nos termos do Dec.-Lei 498/88, de 30-12, faz-se público que, pelos meus despachos de 22-10 e 23-11-93, se encontram abertos os seguintes concursos de acesso, visando o provimento de lugares no quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social, aprovado pela Port. 623/93, de 30-7:

- Ref. 1 — concurso interno geral de acesso, pelo prazo de 15 dias, para provimento de uma vaga na categoria de chefe de secção;
- Ref. 2 — concurso interno geral de acesso para a constituição de reserva de recrutamento, pelo prazo de 15 dias, com vista ao preenchimento de um lugar na categoria de chefe de secção.

2 — Prazo de validade e legislação aplicável:

2.1 — Os concursos têm os seguintes prazos de validade:

- Ref. 1 — válido até ao provimento da vaga posta a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento;
- Ref. 2 — válido pelo prazo de seis meses a contar da publicação da respectiva lista de classificação final.

2.2 — Legislação aplicável — Decs.-Leis 248/85, de 15-7; 498/88, de 30-12; 353-A/89, de 16-10, e 442/91, de 15-11.

3 — Conteúdo funcional — consiste em orientar as actividades desenvolvidas pela Secção de Administração de Pessoal (ref. 1) e Administração Financeira e Patrimonial (ref. 2) da Direcção-Geral, em conformidade com as respectivas competências, previstas nos n.ºs 3 e 4 do art. 10.º do Dec.-Lei 216/93, de 16-6.

4 — Local de trabalho, remunerações e outras condições de trabalho — o local de trabalho situa-se em Lisboa, sendo o vencimento fixado de acordo com as regras constantes do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, e legislação complementar. As condições de trabalho e as regalias sociais serão as que estiverem em vigor para os funcionários dos serviços centrais do Ministério do Emprego e da Segurança Social.

5 — Requisitos de candidatura:

5.1 — Requisitos gerais — os definidos no art. 22.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;

5.2 — Requisitos especiais — ser funcionário dos serviços ou organismos da Administração Pública e possuir quaisquer das categorias previstas no n.º 3 do art. 38.º do Dec.-Lei 248/85, de 15-7, conjugado com o n.º 1 do art. 42.º do Dec.-Lei 353-A/89, de 16-10, ou estar abrangido pelas regras de intercomunicabilidade horizontal a que se refere o art. 16.º do Dec.-Lei 248/85 e reunir os seguintes requisitos:

- a) Classificação de serviço adequada;
- b) Certificado de habilitações literárias legalmente exigível;
- c) O exercício, pelo menos durante os últimos três ou dois anos, de funções de conteúdo idêntico ao do lugar a preencher, consoante, respectivamente, possuam classificação de serviço de *Bom* ou *Muito bom* naqueles períodos.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, a elaborar de acordo com o Dec.-Lei 112/90, de 4-4, dirigido ao director-geral dos Regimes de Segurança Social, Largo do Rato, 1, 2.º, 1296 Lisboa Codex, e entregue pessoalmente na Secção de Administração de Pessoal ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, dentro do prazo de candidatura, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, se for caso disso, residência, código postal e telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Indicação da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- d) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituir motivo de preferência legal, as quais, todavia, só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

6.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado;
- b) Declaração passada pelos serviços de pessoal respectivos, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência e natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço reportada aos anos relevantes para efeitos de concurso;
- c) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- d) Declaração do serviço comprovativo do exercício, pelo menos durante os últimos três ou dois anos, de funções de conteúdo idêntico ao do lugar a preencher, consoante, respectivamente, possuam classificação de serviço de *Bom* ou *Muito bom* naqueles períodos.

7 — Os métodos de selecção a utilizar são:

- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional de selecção.

A ordenação final dos candidatos resultará da média aritmética ponderada com os seguintes coeficientes:

- Avaliação curricular — 7;
- Entrevista profissional de selecção — 3.

8 — O júri terá a seguinte composição:

- Presidente — Licenciada Gláucia Aida de Castro Varzielas, chefe de divisão.
- Vogais efectivos:

Licenciado Fernando Jorge Santos Carvalho, técnico superior principal.
Maria Luísa Caetano de Carvalho, chefe de repartição.

Vogais suplentes:

Licenciada Lídia Gonçalves, técnica superior de 1.ª classe.
Licenciada Emília Clara Lopes, técnica superior de 1.ª classe.

A presidente do júri é substituída nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

23-11-93. — O Director-Geral, *Ilídio das Neves*.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Por despacho de 1-9-93 do vogal do conselho directivo, por subdelegação do Secretário de Estado da Segurança Social:

Bento Miguel da Costa Montenegro Aguiar, primeiro-oficial — nomeado tesoureiro, escalão 5, índice 290, precedendo concurso de provimento, sendo exonerado do lugar que vem ocupando à data da aceitação do novo lugar. (Visto, TC, 18-11-93. São devidos emolumentos.)

3-12-93. — O Vogal do Conselho Directivo, *António da Silva Rito*.

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Aviso. — 1 — Por deliberação da comissão executiva de 30-11-93, faz-se público que, pelo prazo de 15 dias, a partir da data da publicação deste aviso, se encontra aberto concurso para provimento de 24 lugares na categoria de técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como para as vagas que vierem a ocorrer durante a sua vigência.
2 — O concurso é interno e de acesso e rege-se pelo Dec.-Lei 498/88, de 30-12, conjugado com o Dec.-Lei 248/85, de 15-7, e Dec.-Lei 265/88, de 28-7, Dec.-Lei 131/90, de 20-4, e Dec.-Lei 247/85, de 12-7.

2.1 — O concurso é válido pelo período de dois anos a contar da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

3 — São requisitos exigidos para admissão ao concurso:

3.1 — Ser funcionário do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do art. 2.º do Dec.-Lei 247/85, de 12-7.

3.2 — Ser técnico superior de 2.ª classe com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados com o mínimo de *Bom* e satisfazer os requisitos estabelecido no art. 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

4 — Os lugares a prover destinam-se aos serviços centrais e regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

5 — O conteúdo funcional dos lugares a preencher consiste, genericamente, em adoptar e ou aplicar métodos técnico-científicos, elaborando estudos, concebendo e desenvolvendo projectos e emitindo pareceres tendo em vista preparar a tomada de decisão superior sobre medidas de política e gestão nas áreas do emprego e formação profissional, de orientação e reabilitação profissional, patrimonial, financeira e de pessoal.

6 — Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

Avaliação curricular;
Entrevista profissional.

7 — Na avaliação curricular serão ponderadas:

A habilitação académica de base;
A formação profissional;
A qualificação e experiência profissionais;
A classificação de serviço.

8 — Os resultados obtidos com a aplicação dos métodos de selecção citados serão classificados de 0 a 20 valores.

9 — Na classificação final adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores, considerando-se excluídos os candidatos que nos métodos de selecção eliminatórios ou na classificação final obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores.

10 — Em caso de igualdade de classificação final, preferem, sucessivamente os candidatos mais antigos na categoria, na carreira e na função pública.

11 — As candidaturas de admissão ao concurso devem ser formuladas em requerimentos, redigidos em papel de 25 linhas ou liso, marginado, dirigidos ao presidente da comissão executiva, e ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida de José Malhoa, 11, 2.º, 1000 Lisboa.

12 — Dos requerimentos deverão, necessariamente, constar os elementos que se indicam:

- a) Identificação completa (nome, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e entidade que o emitiu) morada e código postal;
- b) Habilitações literárias;
- c) Categoria, natureza do vínculo que cabe ao candidato;
- d) Antiguidade na carreira e na categoria que lhe está atribuída;
- e) Antiguidade no Instituto do Emprego e Formação Profissional e na função pública;
- f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

13 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão também ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Certificado de habilitações literárias;
- b) Currículo;
- c) Classificação de serviço;
- d) Declaração a que se refere o n.º 3 do art. 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

13.1 — Os documentos referidos nas als. a) e c) poderão ser substituídos por simples fotocópia no caso de os originais se encontrarem já arquivados nos respectivos processos individuais existentes no Instituto do Emprego e Formação Profissional.

13.2 — O júri poderá solicitar aos concorrentes quaisquer outros elementos em caso de dúvida.

14 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Joaquim Alberto Valente Gancho, assessor.
Vogais efectivos:

Maria Fernanda Esgalhado Pereira Henriques, técnica superior principal.
Maria José Dias Leite, conselheira de orientação profissional de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Maria Manuela Vieira Matos, técnica superior principal.
Eduardo Gilberto Firmino Pacheco, técnico superior de 1.ª classe.

Nos impedimentos do presidente do júri, caberão as suas atribuições, como substituto, ao vogal efectivo referido em primeiro lugar.

Aviso. — 1 — Por deliberação da comissão executiva de 30-11-93, faz-se público que, pelo prazo de 15 dias, a partir da data da publicação deste aviso, se encontra aberto concurso para provimento de 2 lugares na categoria de técnico de emprego especialista do quadro de pessoal do Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como para as vagas que vierem a ocorrer durante a sua vigência.

2 — O concurso é interno e de acesso e rege-se pelo Dec.-Lei 498/88, de 30-12, conjugado com os Decs.-Leis 248/85, de 15-7, 131/90, de 20-4, e 247/85, de 12-7.

2.1 — O concurso é válido pelo período de dois anos a contar da data da publicação da respectiva lista de classificação final.

3 — São requisitos exigidos para admissão ao concurso:

3.1 — Ser funcionário do quadro do Instituto do Emprego e Formação Profissional, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do art. 2.º do Dec.-Lei 247/85, de 12-7.

3.2 — Ser técnico de emprego principal com, pelo menos, três anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou cinco de *Bom* e satisfazer os requisitos estabelecido no art. 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

4 — Os lugares a prover destinam-se aos serviços centrais e regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

5 — O conteúdo dos lugares a preencher consiste, genericamente, em exercer, sob a orientação de superiores hierárquicos, diversas funções no âmbito do emprego, da reabilitação e da formação profissional, tais como recolher, analisar e gerir as ofertas e pedidos de emprego com vista à satisfação das necessidades de mão-de-obra por parte dos empregadores e da integração dos trabalhadores no mercado de emprego em postos de trabalho adequados, devidamente remunerados e livremente escolhidos; promover a mobilidade profissional e geográfica dos trabalhadores, quando necessárias à consecução do equilíbrio entre a oferta e a procura de emprego; avaliar as características e qualificação profissionais dos candidatos a emprego, informá-los sobre os meios de formação disponíveis e encaminhá-los, em caso de interesse, para os serviços competentes; desenvolver as acções necessárias à implementação de programas especiais de emprego; apoiar iniciativas geradoras de emprego, visitando

empresas para detecção das necessidades de mão-de-obra e recolha das correspondentes ofertas de emprego; propor medidas adequadas de formação e reconversão profissional; verificar e controlar as condições de acesso e de manutenção do direito dos trabalhadores ao subsídio de desemprego ou ao subsídio social de desemprego; acompanhar a integração e a adaptação dos trabalhadores nos postos de trabalho em que foram colocados; analisar os dados sobre a evolução do mercado de emprego, tendo em vista a elaboração de estatísticas regionais e locais; promover, apoiar e acompanhar na respectiva área geográfica a Divulgação e execução dos programas operacionais de emprego, formação profissional e reabilitação profissional.

6 — Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- Avaliação curricular;
- Entrevista profissional.

7 — Na avaliação curricular serão ponderadas:

- A habilitação académica de base;
- A formação profissional;
- A qualificação e experiência profissionais;
- A classificação de serviço.

8 — Os resultados obtidos com a aplicação dos métodos de selecção citados serão classificados de 0 a 20 valores.

9 — Na classificação final adoptar-se-á a escala de 0 a 20 valores considerando-se excluídos os candidatos que nos métodos de selecção eliminatórios ou na classificação final obtenham classificação inferior a 10 valores, considerando-se como tal, por arredondamento, as classificações inferiores a 9,5 valores.

10 — Em caso de igualdade de classificação final, preferem, sucessivamente, os candidatos mais antigos na categoria, na carreira e na função pública.

11 — As candidaturas de admissão ao concurso devem ser formuladas em requerimentos, redigidos em papel de 25 linhas ou liso, marginado, dirigidos ao presidente da comissão executiva, e ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, com aviso de recepção, ao Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida de José Malhoa, 11, 2.º, 1000 Lisboa.

12 — Dos requerimentos deverão, necessariamente, constar os elementos que se indicam:

- a) Identificação completa (nome, naturalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e entidade que o emitiu) morada e código postal;
- b) Habilitações literárias;
- c) Categoria, natureza do vínculo que cabe ao candidato;
- d) Antiguidade na carreira e na categoria que lhe está atribuída;
- e) Antiguidade no Instituto do Emprego e Formação Profissional e na função pública;
- f) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam apresentar por serem relevantes para apreciação do seu mérito.

13 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão também ser acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Certificado de habilitações literárias;
- b) Currículo;
- c) Classificação de serviço;
- d) Declaração a que se refere o n.º 3 do art. 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

13.1 — Os documentos referidos nas als. a) e c) poderão ser substituídos por simples fotocópia no caso de os originais se encontrarem já arquivados nos respectivos processos individuais existentes no Instituto do Emprego e Formação Profissional.

13.2 — O júri poderá solicitar aos concorrentes quaisquer outros elementos em caso de dúvida.

14 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Fernanda Julieta Correia Lopes, técnica superior principal.

Vogais efectivos:

Maria Margarida Antunes Pereira Pité, técnica superior de 1.ª classe.

Maria Helena Seabra Morais de Almeida, promotora principal.

Vogais suplentes:

Isabel Maria Raimundo Salgueiro, promotora de 2.ª classe.
Luís Augusto Correia Salvado, técnico de emprego especialista.

Nos impedimentos do presidente do júri, caberão as suas atribuições, como substituto, ao vogal efectivo referido em primeiro lugar.

17-12-93. — O Director de Serviços, *António Maria Ferreira de Almeida Oliveira*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

GABINETE DO MINISTRO

Desp. 1204/93-DR. — 1 — Delego no Secretário de Estado do Turismo, Dr. Alexandre Carlos de Mello Vieira Costa Relvas, os poderes que me são conferidos pelo n.º 2 do art. 1.º do Dec.-Lei 351/93, de 7-10.

2 — Este despacho reporta efeitos à data de entrada em vigor do referido diploma, ficando assim ratificadas as decisões dadas na matéria por aquele Secretário de Estado.

16-12-93. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira*.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO COMÉRCIO

Desp. 1867/93. — Na sequência da recente remodelação governamental, foram extintos os Gabinetes do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio Externo e do Secretário de Estado da Distribuição e Concorrência, tendo sido criado, em sua substituição, o Gabinete do Secretário de Estado do Comércio, mantendo-se neste todos os elementos que integravam o meu anterior Gabinete, designadamente:

Chefe de Gabinete Francisco Augusto R. Azevedo Mendes.
Adjunta Maria Lina Afonso Alves dos Santos.
Adjunta Maria Margarida A. P. L. Caiado Ferreira.
Assessor José Manuel dos Santos Correia Tavares.
Secretária Maria da Graça Marreiros Netto Rodrigues.

7-12-93. — O Secretário de Estado do Comércio, *Luís Maria Viana Palha da Silva*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Direcção-Geral do Ambiente

Por despachos do subdirector-geral do Ambiente de 14-12-93:

Maria Fernanda Coelho Santiago — nomeada técnica superior principal, com efeitos a partir de 29-5-93, para o lugar criado pelo Desp. Norm. 410/93, a extinguir quando vagar.

Maria Manuela Ramos de Barros Amorim — nomeada técnica principal, com efeitos a partir de 29-5-93, para o lugar criado pelo Desp. Norm. 409/93, a extinguir quando vagar.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

14-12-93. — O Subdirector-Geral, *Francisco José Gonçalves Barracha*.

Por despachos do subdirector-geral do Ambiente de 21-12-93:

Almerinda Maria Gago Horta Mendes Antas — nomeada assessora principal, com efeitos a partir de 29-5-93, para o lugar criado pelo Desp. Norm. 449/93, a extinguir quando vagar.

Amadeu Nelson Contento Mota — nomeado assessor principal, com efeitos a partir de 29-5-93, para o lugar criado pelo Desp. Norm. 449/93, a extinguir quando vagar.

Herlânder Lopes Leitão e Maria Eduarda Guerra Salgueiro Texugo de Sousa — nomeados assessores principais, com efeitos a partir de 29-5-93, para os lugares criados pelo Desp. Norm. 460/93, a extinguir quando vagarem.

(Isentos de fiscalização prévia do TC.)

21-12-93. — O Subdirector-Geral, *Francisco José Gonçalves Barracha*.

Instituto da Água

Por despachos de 14-12-93 do vice-presidente do Instituto da Água:

Licenciado Fernando José Brites Penedo Pinheiro, técnico superior principal do quadro privativo da ex-Direcção-Geral dos Recursos

Naturais, desempenhando o cargo de chefe de divisão da Delegação da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais, em Santo André, em comissão de serviço — nomeado, com efeitos reportados a 29-5-93, assessor principal do mesmo quadro, lugar criado pelo Desp. Norm. 392/93, de 4-11, e a extinguir quando vagar, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da referida data e continuando a exercer o cargo de chefe de divisão, em comissão de serviço.

Licenciado João Manuel Furtado Antas Correia da Costa, técnico superior principal do quadro privativo da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais, desempenhando o cargo de chefe de divisão deste Instituto, em comissão de serviço — nomeado, com efeitos reportados a 29-5-93, assessor principal do mesmo quadro, lugar criado pelo Desp. Norm. 392/93, de 4-11, e a extinguir quando vagar, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da referida data e continuando a exercer o cargo de chefe de divisão, em comissão de serviço.

Licenciados Carlos António Ribeiro Soares e Rosa Fernandes de Carvalho Dias Pimentel, assessor e técnica superior de 1.ª classe, respectivamente, do quadro privativo da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais — nomeados, com efeitos reportados a 29-5-93, assessores principais do mesmo quadro, lugares criados pelo Desp. Norm. 392/93, de 4-11, e a extinguir quando vagarem, considerando-se exonerados dos lugares anteriores a partir da referida data.

(Não carecem de fiscalização prévia do TC.)

16-12-93. — Pelo Presidente, *Fausto Teixeira Direito*.

Instituto de Meteorologia

Por despacho do presidente de 12-11-93:

Licenciada Maria Madalena Velho Arruda Monteiro Câmara Pereira Ferin, observadora meteorológica principal, em comissão de serviço extraordinária, para frequência de estágio na carreira de técnico superior do quadro de pessoal do Instituto — nomeada definitivamente, por urgente conveniência de serviço, desde 12-11-93, na categoria de técnica superior de 2.ª classe, área de documentação e informação, do mesmo quadro, ficando exonerada da anterior categoria a partir da data de aceitação do novo lugar. (Visto, TC. São devidos emolumentos.)

Por despacho do presidente de 15-12-93:

Licenciada Elvira dos Santos Ribeiro Seixal Palma, meteorologista superior de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto — nomeada definitivamente na categoria de meteorologista superior principal do mesmo quadro, ficando exonerada da anterior categoria a partir da data de aceitação do novo lugar. (Isento de fiscalização do TC.)

Aviso. — 1 — Faz-se público que, por despacho de 29-11-93 do presidente do Instituto de Meteorologia, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *DR*, concurso interno geral de acesso para preenchimento de dois lugares de técnico superior de informática de 1.ª classe do quadro de pessoal deste Instituto, anexo à Port. 75/92, de 5-2.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido para as referidas vagas, cessando com o seu preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decs.-Leis 335/81, de 9-12, 498/88, de 30-12, 23/91, de 11-1, e 192/93, de 24-5, e Port. 773/91, de 7-8.

4 — Conteúdo funcional — ao técnico superior de informática de 1.ª classe incumbe desenvolver a actividade de acordo com o art. 2.º da Port. 773/91, de 7-8.

5 — Remunerações, condições e local de trabalho — o vencimento é fixado de acordo com o estabelecido no Dec.-Lei 23/91, de 11-1, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública e o local de trabalho situa-se em Lisboa, na Rua C, ao Aeroporto de Lisboa.

6 — Requisitos gerais e especiais de admissão:

- Satisfazer as condições estabelecidas nos arts. 22.º e 23.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12;
- Ser técnico superior de informática de 2.ª classe com, pelo menos, dois anos de serviço na categoria classificados de *Muito bom* ou três anos classificados de *Bom* e, em qualquer dos casos, formação complementar em informática.

7 — Métodos de selecção:

- Avaliação curricular;
- Entrevista.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, laborado nos termos do Dec.-Lei 112/90, de 4-4, dirigido ao presidente do Instituto de Meteorologia e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o Instituto de Meteorologia, sito na Rua C, ao Aeroporto de Lisboa, 1700 Lisboa, até ao termo do prazo fixado no n.º 1, dele devendo constar os seguintes elementos:

- Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, situação militar, morada, código postal e telefone);
- Habilitações literárias e profissionais;
- Categoria, serviço a que pertence e natureza do vínculo;
- Identificação do concurso objecto da candidatura;
- Quaisquer outros elementos que o candidato entenda apresentar e que sejam relevantes para a apreciação do seu mérito.

8.2 — Os requerimentos devem ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

- Fotocópia autenticada do certificado de habilitações literárias e profissionais;
- Curriculum vitae* detalho, devidamente assinado;
- Declaração passada pelo serviço, da qual conste a categoria, a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a classificação de serviço nos anos relevantes para o concurso;
- Declaração, autenticada pelo superior hierárquico, pormenorizada do conjunto de tarefas, actividades e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que o candidato ocupa.

8.3 — Os candidatos que sejam funcionários deste Instituto ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam nos respectivos processos individuais.

9 — Afixação das listas — serão afixadas, para consulta, na sede deste Instituto, em Lisboa, ou enviadas para publicação no *DR*, de acordo com o estipulado nos arts. 24.º e 32.º do Dec.-Lei 498/88, de 30-12.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — Composição do júri:

Presidente — Carlos Manuel Cabral Fernandes, técnico superior de informática principal.

Vogais efectivos:

Licenciado Luís Filipe Soares do Rosário Cardoso, técnico superior de informática principal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Maria da Conceição Pereira Santos, técnica superior de informática principal.

Vogais suplentes:

Licenciado Mário Joaquim Rodrigues de Almeida, chefe de divisão.

Engenheiro Tito Manuel Escada Manilha, chefe de divisão.

21-12-93. — O Chefe de Divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos, *Norberto Rodrigues*.

MINISTÉRIO DO MAR

Direcção-Geral das Pescas

Por despachos de 16-12-93 do subdirector-geral das Pescas:

Autorizada a recuperação dos dias de vencimento de exercício perdido abaixo indicados e daqueles que, pelo mesmo motivo e nas mesmas condições, venham a perder no corrente ano, até ao limite máximo de 30 dias, aos seguintes funcionários:

João Pais Mendes — 30 dias.
Elsa de Ornelas Gomes da Assunção Godinho — 17 dias.
Maria Arminda Rosa Fonseca Carreto Lopes — 15 dias.
Maria Luísa Sequeira da Costa Júlio de Dias Nogueira — 13 dias.
Ana Rosa Santos Ferreira Norberto — 4 dias.
Graça Maria Sereno da Conceição Soares Domingos — 6 dias.

21-12-93. — Pelo Director-Geral, a Directora de Serviços de Administração, *Maria Filomena Godinho Mendes*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Por despachos do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 20-12-93:

Maria de Deus Simão da Cruz Silva Damasceno Correia, juíza de direito — dada sem efeito a sua nomeação para o 1.º Juízo Criminal de Santo Tirso e destacada, como juíza auxiliar, no 3.º Juízo Cível de Almada.

Transferidos, nas mesmas condições em que se encontram, os juizes estagiários em fase de pré-afecção para os seguintes tribunais:

Rui Afonso Lince Faria — Tribunal da Comarca de Sintra.
Maria Leonor Moraes Caldas Canedo Silveira Botelho — Tribunal da Comarca de Lisboa.
Octávio Santos Moutinho Diogo — Tribunal da Comarca de Almada.
Rui Manuel Pacheco Duarte — Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira.
Eugénia Maria de Moura Marinho da Cunha — Tribunal da Comarca de Matosinhos.
António Miguel Cordeiro da Veiga — Tribunal da Comarca de Coimbra.
Florbela Filomena Moreira Lança de Vieira Martins — Tribunal da Comarca de Cascais.
Cristina da Conceição Pires Lourenço — Tribunal da Comarca de Oeiras.
Maria de Fátima Cardoso Bernardes — Tribunal da Comarca de Setúbal.
Manuel Henrique Ramos Soares — Tribunal da Comarca de Almada.
Ana Isabel de Sequeira Batista Correia Moniz — 1.º Juízo do Tribunal de Círculo de Coimbra.
Serafim Pimenta Ferraz — Tribunal da Comarca de Cascais.
Paula Dória Cardoso Pott — Tribunal da Comarca de Tomar.
António Bráulio Alves Martins — Tribunal da Comarca de Matosinhos.
Paula Cristina da Costa Bizarro — Tribunal da Comarca de Vila Nova de Famalicão.
Higina Maria Almeida Orvalho da Silva Castelo — Tribunal da Comarca de Almada.
Irene Isabel Gomes das Neves — Tribunal de Círculo de Anadia.
Cristina Maria Raposo de Almeida e Sousa — Tribunal da Comarca de Cascais.
Luís Filipe Pires de Sousa — Tribunal da Comarca de Vila Franca de Xira.
Brígida Carreira Sousa Silva — Tribunal da Comarca de Lisboa.
Lúcia Maria da Nova Araújo Sá Trovão — Tribunal da Comarca de Braga.
António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira — Tribunal da Comarca de Matosinhos.
Ana Paula Maia Lopes — Tribunal da Comarca de Aveiro.
José António Fachadas Aresta Moita — Tribunal da Comarca de Vila Franca de Xira.
Maria Teresa Silva Sandiães — Tribunal da Comarca de Loures.
Anabela Maria Lopes Varizo Martins — Tribunal da Comarca de Braga.
Laura Fernanda dos Santos Amorim Ferreira — Tribunal da Comarca de Lisboa.
Maria da Luz Teles Meneses Seabra — Tribunal da Comarca de Braga.
Teresa Maria Gouveia da Costa — Tribunal da Comarca de Cascais.
António Antunes Gaspar — Tribunal da Comarca de Lisboa.
Nuno Filipe Morgado Teixeira Bastos — Tribunal da Comarca de Leiria.
João Pedro Nunes Maldonado — Tribunal da Comarca de Santo Tirso.
Anabela Santos Simões — Tribunal da Comarca de Lisboa.
Fernando Manuel Dias Pereira — Tribunal da Comarca do Seixal.
José Nascimento Rosa — Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira.
Maria Fernanda Vieira Sequeira Falé — Tribunal da Comarca de Faro.
Mário Fernando Teixeira Lopes da Silva — Tribunal da Comarca de Paredes.
Ana Paula Nunes Duarte — Tribunal da Comarca de Lisboa.
Cristina Maria da Silva Malheiro — Tribunal da Comarca de Santo Tirso.
Ivo Nelson Caires Baptista Rosa — Tribunal da Comarca do Funchal.
Francisco Fernandes Freitas — Tribunal da Comarca de Barcelos.
Ana Beatriz Coelho Flor Baptista da Silva — Tribunal da Comarca de Oeiras.
Maria de Fátima Sanches Calvo — Tribunal da Comarca de Aveiro.

Amália Rosa Manso Dinis Mendes Gonçalves de Sousa Santarém Morgado — 1.º Juízo do Tribunal de Círculo de Coimbra.
António José Martins Cabral — Tribunal da Comarca de Setúbal.
Vera Maria Guedes Sottomayor — Tribunal da Comarca de Tomar.
Maria da Conceição Pacheco Maia — Tribunal da Comarca de Aveiro.

Maria Manuela Barroco Esteves — Tribunal da Comarca de Chaves.
Américo Baptista Santos — 1.º Juízo do Tribunal de Círculo de Coimbra.

Maria Joana de Azeredo Pereira Dias — Tribunal da Comarca de Cascais.

(Posse: cinco dias.)

20-12-93. — O Juiz-Secretário, *Pedro Gonsalves Mourão*.

1.º JUÍZO CORRECCIONAL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio. — Faz-se público que na 1.ª Secção do 1.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa correm termos uns autos de processo comum (com intervenção de juiz singular) registados sob o n.º 1347/90-L-LSB, que o Ministério Público move contra a arguida **Maria Josefina Ribeiro França Miller**, divorciada, nascida a 9-5-56, natural de Benfica, Lisboa, filha de Ary Ezequiel França e Miller e de **Maria Catarina Augusta Ribeiro F. e Miler**, com última residência conhecida na Estrada de Benfica, 717, 3.º, esquerdo, Lisboa, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.º 1, do Dec. 13 004, de 12-1-27, e que, por despacho de 22-10-93, foi declarada cessada a contumácia, nos termos do art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, respeitante à referida arguida, por nos referidos autos ter sido declarado extinto o procedimento criminal, por prescrição.

27-10-93. — A Juíza de Direito, *Maria José Antunes Simões*. — A Escrivã-Adjunta, *Ana Maia D. S. Freitas*.

Anúncio. — O Dr. **Alberto António Moreira Mira**, juiz de direito da 3.ª Secção do 1.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que por esta Secção e Juízo correm termos uns autos de processo comum registados sob o n.º 15 176/91, que o Ministério Público move contra o arguido **João Lourenço Correia**, casado, nascido a 4-8-26, filho de **Francisco Maria Correia** e de **Custódia Lourenço**, natural de Chamusca, portador do bilhete de identidade n.º 4998497, com última residência conhecida na Rua de Viriato Cabreira, Ulme, Chamusca, por ter cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, e que, por despacho de 27-10-93, proferido nos referidos autos, foi o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos:

- 1.º Os ulteriores termos do processo ficarão suspensos até à apresentação do arguido, caducando logo que este se apresente (art. 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- 2.º Nos termos do art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, tal declaração de contumácia implica para o arguido a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após esta declaração. De acordo com o disposto no n.º 3 do art. 337.º do Código de Processo Penal, foi decretada a proibição de o arguido obter bilhete de identidade, passaporte, carta de condução, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

28-10-93. — O Juiz de Direito, *Alberto António Moreira Mira*. — Pelo Escrivão, *Lúcia Leal*.

2.º JUÍZO CORRECCIONAL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio. — O Dr. **Frederico João Lopes Cebola**, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (juiz singular) n.º 5892/92-2TD-LSB, pendente nesta comarca contra o arguido **Agostinho da Encarnação Henriques**, casado, industrial, nascido em 16-9-46, na freguesia de Santa Eufémia, Leiria, filho de **José Henriques Júnior** e de **Maria da Encarnação**, titular do bilhete de identidade n.º 2514182, com última residência conhecida em Apariços, Santa Eufémia, Leiria, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec.-Lei 13 004, de 12-1-27, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo

que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível.*)

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 8034/91.8TD.LSB, pendente nesta comarca contra o arguido Amável de Jesus Marcelo Martins Fernandes, casado, industrial, nascido em 17-7-49, em Angola, filho de Joaquim Marcelo Fernandes e de Angelina de Jesus Fernandes, titular do bilhete de identidade n.º 1055551, com última residência conhecida na Rua Augusta, 188, 5.º, direito, em Lisboa, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec.-Lei 13 004, de 12-1-27, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

21-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola.* — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Margarida Lopes Soares.*

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 16 134/91.8TD.LSB, pendente nesta comarca contra a arguida Silvína Martins Caieiro Veigas Sousa, casada, empregada de escritório, filha de Domingos Martins Caieiro Veigas e de Agostinha Martins Lourinho Veigas, nascida a 27-7-57, na Amadora, portadora do bilhete de identidade n.º 4897837, com última residência conhecida na Rua da Cidade da Praia, 3, cave, esquerda, Quinta da Lomba, Barreiro, por se encontrar acusada na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec.-Lei 13 004, de 12-1-27, é a mesma arguida declarada contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- Proibição de a arguida obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identifi-

cação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

21-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola.* — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Eugénia Cabral.*

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 18 475/91.5TD.LSB, pendente nesta comarca contra o arguido Rafael Salah Palácios, filho de Juan Salah e de Concepción Palácios de Terras Pomas, natural de Jonu Salém, nascido em 26-11-43, de nacionalidade espanhola, industrial, portador do bilhete de identidade n.º 16094181, com última residência conhecida na Avenida de Gonçalo Velho Cabral, 474, Cascais, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec.-Lei 13 004, de 12-1-27, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

21-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola.* — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Margarida Lopes Soares.*

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (juiz singular) n.º 157/92-2SA-LSB, pendente nesta comarca contra a arguida Fátima Maria Henriques Ferreira Mendonça, casada, nascida a 11-9-61, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filha de Augusto Ferreira e de Emília Henriques Lopes Ferreira, titular do bilhete de identidade n.º 6053106, com última residência conhecida na Rua do Padre Francisco Maria da Silva, 9, 2.º esquerdo, Buraca, Amadora, por se encontrar acusada na prática do crime previsto e punido pelo art. 36.º, n.º 1, al. a), do Dec.-Lei 430/83, de 13-12, é a mesma arguida declarada contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- Proibição de a arguida obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

21-10-93. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível.*)

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (juiz singular) n.º 205/92-6SC-LSB, pendente nesta comarca contra o arguido Sérgio Manuel Ferreira Simões, solteiro, pedreiro, nascido a 27-6-71, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de António Joaquim Cândido Simões e de Maria Adília da Costa Ferreira, titular do bilhete de identidade n.º 10748269, com última residência conhecida na Quinta da Bela Flor, bloco G, cave Campolide, Lisboa, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelo art. 36.º, n.º 1, al. a),

do Dec.-Lei 430/83, de 13-12, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- c) Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

21-10-93. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível.*)

Anúncio. — O Dr. José Maria Martins Simão, meritíssimo juiz de direito da 2.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que por despacho de 21-10-93, proferido nos autos de processo comum singular n.º 98/92, da 2.ª Secção deste 2.º Juízo Correccional, que o Ministério Público move contra a arguida Maria do Rosário Martins Rosa Alves Inácio, casada, bancária, filha de Joaquim Francisco Rosa e de Maria Teresa Martins, nascida a 19-4-55, natural de Santa Maria, Lagos, portadora do bilhete de identidade n.º 4575215, de 20-11-81, do Arquivo de Identificação de Lisboa, residente na Avenida de Santos Matos, 19, 5.º, esquerdo, Falagueira, Venda Nova, Amadora, por haver cometido um crime previsto e punido pelo art. 17.º, n.º 1, do Dec.-Lei 14/84, de 11-1, nos quais foi declarada contumaz por despacho de 11-6-91, foi cessada a declaração de contumácia, nos termos do art. 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

21-10-93. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — A Escrivã-Adjunta, (*Assinatura ilegível.*)

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 8244/90.5TD.LSB, pendente nesta comarca contra a arguida Ana Maria Duarte Nunes de Pinheiro Torres, casada, técnica de informática, filha de António Nunes e de Deonilde Duarte Nunes, nascida a 7-7-47, em Santa Catarina, Lisboa, portadora do bilhete de identidade n.º 311840, com última residência conhecida na Rua de 8 de Setembro, 6, 7.º, esquerdo, Laranjeiro, Almada, por se encontrar acusada na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.º 1, do Dec. 13 004, de 12-1-27, na redacção dada pelo art. 5.º do Dec.-Lei 400/82, de 23-9, é a mesma arguida declarada contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- c) Proibição de a arguida obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

22-10-93. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — Pelo Escrivão de Direito, (*Maria Eugénia Cabral.*)

Anúncio. — A Dr.ª Ana Maria Fernandes Grácio Almeida Alves, juiz de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 23 686/91-3/B, pendente nesta comarca contra o arguido Fernando José Gonçalves Cabrita, casado, chefe de vendas, nascido a 28-12-53, em Silves, filho de António Cabrita Bernardo e de Maria José Gonçalves, portador do bilhete de identidade n.º 4588736-5, residente na Rua de D. Diogo Mendonça Corte Real, 8, Faro, e actualmente em parte incerta, por

se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.º 1 e 2, al. c), do Dec. 13 004, de 12-1-27, à data, e actualmente pelo art. 11.º, n.º 1, al. a), do Dec.-Lei 454/91, de 28-12, com referência ao art. 314.º, al. c), do Código de Processo, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- c) Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

22-10-93. — A Juíza de Direito, (*Ana Maria Fernandes Grácio A. Alves.*) — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível.*)

Anúncio. — A Dr.ª Ana Maria Fernandes Grácio Almeida Alves, juíza de direito da 3.ª Secção-B do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 1127/90-3/B, pendente nesta comarca contra a arguida Ana Cristina Ferreira Pinto Madeira Valverde, casada, técnica de microinformática, nascida a 7-7-67, em Moçambique, filha de Renato Pinto Madeira e de Graciete Ferreira Ribeiro Pinto Madeira, portadora do bilhete de identidade n.º 7724907, com última residência conhecida na Praceta de Serpa Pinto, lote 19, 7.º, esquerdo, Cacém, por se encontrar acusada na prática do crime previsto e punido pelos arts. 392.º, n.º 1, 3 e 7, 22.º, 23.º e 74.º, todos do Código Penal, é a mesma arguida declarada contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- c) Proibição de a arguida obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

25-10-93. — A Juíza de Direito, (*Ana Maria Fernandes Grácio Almeida Alves.*) — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível.*)

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 10 397/91.6TD.LSB, pendente nesta comarca contra o arguido António Roque Contreras Bastos, divorciado, empresário, filho de António Abílio Bastos e de Maria Dolores Roque Contreras Bastos, nascido a 13-3-65, na freguesia do Campo Grande, Lisboa, portador do bilhete de identidade n.º 7063486, de 3-4-91, com última residência conhecida na Rua de Luciano Cordeiro, 14, 6.º, frente, em Lisboa, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);

- c) Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

25-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Cebola*. — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Eugénia Cabral*.

Anúncio. — A Dr.ª Ana Maria Fernandes Grácio Almeida Alves, juíza de direito da 3.ª Secção B do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 390/92-3/B, pendente nesta comarca contra o arguido Alberto Duarte da Conceição, solteiro pintor, nascido a 5-3-68, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Luís Duarte Lindo e de Maria Emília da Conceição, portador do bilhete de identidade n.º 8633287-2, com última residência conhecida na Rua do Estado da Índia, lote 1, 8.º, porteira, Sacavém, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 296.º e 297.º, n.º 2, al. c), do Código Penal, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

25-10-93. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Fernandes Grácio Almeida Alves*. — Pelo Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que por despacho de 25-10-93, proferido nos autos de processo comum singular n.º 312/92.STL.LSB, da 1.ª Secção deste 2.º Juízo Correccional, que o Ministério Público move contra o arguido Manuel Saine Embalo, casado, filho de Aladjé Maunde Embalo e de Mariama Baldé, nascido a 11-2-57, na República da Guiné-Bissau, de nacionalidade portuguesa, portador do passaporte n.º 593062, válido até 7-1-2000, passado pelo Consulado de Portugal em Espanha, residente no Casal do Cotão, lote 2, subcave, direito, 2735 Cacém, por haver cometido um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.º 1, do Dec. 13 004, de 12-1-27, nos quais foi declarado contumaz por despacho de 29-4-92, foi cessada a declaração de contumácia, nos termos do art. 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

26-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Lopes Cebola*. — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Eugénia Cabral*.

Anúncio. — A Dr.ª Ana Maria Fernandes Grácio Almeida Alves, juíza de direito da 3.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 1248/92.STL, pendente nesta comarca contra o arguido Rogério Paulo Viegas Garcia Abrantes, nascido em 12-6-56, em Lisboa, filho de Américo Garcia Abrantes e de Maria Carlota do Carmo Viegas, portador do bilhete de identidade n.º 4707311, com última residência conhecida na no Largo de Vieira Caldas, 5-B, 1.º, esquerdo, Caneças, Loures, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelo art. 11.º, n.º 1, al. a), do Dec.-Lei 454/91, de 28-12, foi, por despacho de 21-10-93, cessada a situação de contumácia, declarada por decisão de 30-6-93 e ainda não publicada no DR, nos termos do n.º 6 do art. 337.º do Código de Processo Penal.

26-10-93. — A Juíza de Direito, *Ana Maria Fernandes Grácio Almeida Alves*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 444/91, pendente nesta comarca

contra o arguido Frederico Guilherme Diogo da Silva Galdes Barba, actor, solteiro, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascido em 27-3-61, filho de José António Marques Galdes Barba e de Maria Luísa P. da Purificação de Lurdes P. D. da Silva Galdes Barba, portador do bilhete de identidade n.º 5601843, com última residência conhecida na Rua de Actor Vale, 3, 1.º, esquerdo, Lisboa, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

25-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Cebola*. — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Margarida Nunes Lopes Soares*.

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 70902/91.STD.LSB, pendente nesta comarca contra a arguida Luísa Maria Rodrigues da Costa, filha de Joaquim da Costa e de Emília da Silva Rodrigues, nascida em 23-5-57, na freguesia de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, portadora do bilhete de identidade n.º 6123558, com última residência conhecida na Rua do Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro, lote 16, 3.º, esquerdo, em Setúbal, por se encontrar acusada na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, é a mesma arguida declarada contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que a arguida se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- Proibição de a arguida obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

25-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Cebola*. — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Margarida Nunes Lopes Soares*.

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 444/91, pendente nesta comarca contra o arguido João Carlos Correia Ribeiro, solteiro, desempregado, filho de António Ribeiro e de Alzira Correia Ribeiro, nascido em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, em 2-1-67, portador do bilhete de identidade n.º 9067823, com última residência conhecida na Quinta do Marquês de Abrantes, Quinta da Batateira, 23, em Lisboa, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 46.º, n.º 1, e 47.º, n.º 1, do Código da Estrada e pelo art. 1.º do Dec.-Lei 123/90, de 14-11, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);

- b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- c) Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

25-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Cebola*. — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Margarida Lopes Soares*.

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 453/93.ITL.LSB, pendente nesta comarca contra o arguido Vítor Blaise Melchior Barry, sócio gerente da firma SPA — Transportes Internacionais — Serviços para Agricultura, Comércio Exportação e Importação, L.ª, filho de Charles Oswald Barry e de Constance Barry, de nacionalidade inglesa, casado, comerciante, nascido em 9-2-36, portador do bilhete de identidade n.º 16077158, do Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de D. Pedro V, 60, 1.º, Lisboa, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, é o mesmo arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos:

- a) Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código);
- b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal);
- c) Proibição de o arguido obter ou renovar bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e certidões e de efectuar quaisquer registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia.

25-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Cebola*. — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Margarida Nunes Lopes Soares*.

Anúncio. — O Dr. Frederico João Lopes Cebola, juiz de direito da 1.ª Secção do 2.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no despacho de 26-10-93, proferido nos autos de processo comum (juiz singular) n.º 87/93.OTL.LSB, que o Ministério Público move contra o arguido António José Pinto da Rocha Gomes, solteira, comerciante, filho de António Lopes da Rocha e de Maria de Lurdes Pinto Ribeiro Rocha Gomes, nascido em 22-12-62, em Angola, portador do bilhete de identidade n.º 8202472, com última residência conhecida na Rua de José Fontana, 10, 4.º, frente, em Almada, por haver cometido um crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, nos quais foi declarado contumaz por despacho de 23-6-93, foi cessada a declaração de contumácia, nos termos do art. 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

28-10-93. — O Juiz de Direito, *Frederico João Cebola*. — A Escrivã de Direito, (*Assinatura ilegível*.)

4.º JUÍZO CORRECCIONAL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio. — A Dr.ª Maria da Graça Mira, juíza de direito da 1.ª Secção do 4.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum n.º 40 397/90.7TD.LSB, em que o Ministério Público deduziu acusação contra o arguido Salvinco António Simões Pais, casado, natural de São Nicolau, Santarém, nascido a 9-11-49, filho de Leonardo Pinto e de Maria de Lourdes Simões Pais, portador do bilhete de identidade n.º 1457287, com última residência na Rua de Luís de Camões, 24-A, 1.º, direito, Santarém, mas actualmente em parte incerta, imputando-lhe a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, al. a), do Dec. 13 004, de 12-1-27, com a redacção do art. 5.º do Dec.-Lei 400/82, de 23-9, foi, por despacho proferido nos referidos autos, em 29-10-93, de-

clarado aquele arguido contumaz, nos termos dos arts. 335.º, n.º 1, e 336.º, n.º 1, ambos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências:

- 1.º Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º (art. 336.º, n.º 1);
- 2.º Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após a declaração (art. 337.º, n.º 1);
- 3.º Proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado de registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (art. 337.º, n.º 3).

Tais consequências mantêm-se enquanto subsistir o estado de contumácia declarado.

28-10-93. — A Juíza de Direito, *Maria da Graça Mira*. — Pelo Escrivão de Direito, *Maria Clara Ferreira*.

Anúncio. — A Dr.ª Maria da Graça Mira, juíza de direito da 1.ª Secção do 4.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum n.º 13 632/91-7-TD-LSB, em que o Ministério Público deduziu acusação contra o arguido José Manuel Pité Marques de Oliveira, filho de José Marques de Oliveira e de Maria da Conceição Pité de Oliveira, nascido na freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho, de Lisboa, em 2-8-42, de nacionalidade portuguesa, portador do bilhete de identidade n.º 11366595, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de Salvador Allende, lote 1, rés-do-chão, esquerdo, Sacavém, mas actualmente em parte incerta, imputando-lhe a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, por despacho de 27-10-93, o Tribunal declarou o arguido contumaz, nos termos dos arts. 335.º, n.º 1, e 336.º, n.º 1, ambos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências:

- 1.º Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º (art. 336.º, n.º 1);
- 2.º Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após a declaração (art. 337.º, n.º 1);
- 3.º Proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado de registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (art. 337.º, n.º 3).

Tais consequências mantêm-se enquanto subsistir o estado de contumácia declarado.

29-10-93. — A Juíza de Direito, *Maria da Graça Mira*. — O Escrivão, (*Assinatura ilegível*.)

Anúncio. — A Dr.ª Maria da Graça Mira, juíza de direito da 1.ª Secção do 4.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum n.º 339/93-3-TL-LSB, em que o Ministério Público deduziu acusação contra o arguido Vítor Manuel Embaixador Pinto, filho de Hermínio Pinto Ratinho e de Maria Sidónia Embaixador Pinto, nascido na freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, aos 19-7-54, de nacionalidade portuguesa, portador do bilhete de identidade n.º 2360304, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, com última residência conhecida na Avenida de D. Vasco da Gama, 42, 2.º, esquerdo, Lisboa, mas actualmente em parte incerta, imputando-lhe a prática de factos constitutivos de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, por despacho de 27-10-93, o Tribunal declarou o arguido contumaz, nos termos dos arts. 335.º, n.º 1, e 336.º, n.º 1, ambos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências:

- 1.º Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º (art. 336.º, n.º 1);

cida no Bairro da Cruz Vermelha, Rua de Maria Margarida, 53, Lisboa, e actualmente ausente em parte incerta, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, al. c), do Dec. 13 004, de 12-1-27, conjugado com os arts. 8.º e 11.º, n.º 1, do Dec.-Lei 454/91, de 28-12, e 313.º e 314.º do Código Penal, foi a mesma arguida declarada contumaz, nos termos do art. 337.º do Código de Processo Penal, o que implica para a arguida a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial por ela celebrados após a declaração, a suspensão dos termos ulteriores ao processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes (n.º 1 do art. 336.º do Código de Processo Penal), e a proibição de a arguida obter ou renovar passaporte, bilhete de identidade, carta de condução e certidões ou efectuar registos junto de quaisquer autoridades públicas, nomeadamente conservatórias dos registos civil, predial, comercial ou de automóveis, notariado, Centro de Identificação Civil e Criminal, Direcção-Geral de Viação, governos civis, câmaras municipais e juntas de freguesia. Tal declaração, nos termos do art. 337.º do Código de Processo Penal, tem efeito jurídico enquanto subsistir o estado de contumácia ora declarado.

3-11-93. — O Juiz de Direito, *João Luís de Moraes Rocha*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Alice Raposo Silva*.

5.º JUÍZO CORRECCIONAL DA COMARCA DE LISBOA

Anúncio. — O Dr. Jorge Manuel Leitão Leal, juiz de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum (juiz singular) registados sob o n.º 9756/92/D, a correr termos neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Emílio Augusto Santos, casado, pintor, de 39 anos de idade (nascido a 10-3-54), natural de Vilarinho dos Galegos, Mogadouro, filho de Emílio Augusto Santos e de Arminda da Assunção Gonçalves, com última residência conhecida na Rua de Bento Jesus Caraca, lote 423, rés-do-chão, esquerdo, na Brandoa, Amadora, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, por despacho de 26-10-93, foi aquele arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (art. 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e proibição de o arguido obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis e renovar o bilhete de identidade (art. 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

28-10-93. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Leitão Leal*. — O Escrivão-Adjunto, *Vitor Manuel Marques*.

Anúncio. — O Dr. Jorge Manuel Leitão Leal, juiz de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum (juiz singular) registados sob o n.º 9756/92/D, a correr termos neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Maria dos Remédios Monteiro Meireles dos Santos, casada, empregada de escritório, de 36 anos de idade (nascida a 7-9-57), natural de Almacave, Lamego, filha de Miguel Meireles e de Laurinda Monteiro, com última residência conhecida na Rua de Bento de Jesus Caraca, lote 423, rés-do-chão, esquerdo, na Brandoa, Amadora, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, por despacho de 26-10-93, foi aquela arguida declarada contumaz, nos termos dos arts. 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes (art. 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e proibição de a arguida obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis e renovar o bilhete de identidade (art. 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

28-10-93. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Leitão Leal*. — O Escrivão-Adjunto, *Vitor Manuel Marques*.

Anúncio. — O Dr. Jorge Manuel Leitão Leal, juiz de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum (juiz singular) registados sob o n.º 5961/90, a correr termos neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido António Idalé-

cio Nunes Araújo, solteiro, comerciante, nascido a 5-4-53, em Évora, filho de Eurico Araújo e de Maria Guadalupe Nunes Araújo, com última residência conhecida na Rua da Cidade de Lisboa, 6, rés-do-chão, esquerdo, em Corroios, e actualmente residente em parte incerta, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.ºs 1 e 2, al. a), do Dec. 13 004, de 12-1-27, por despacho de 26-10-93, foi aquele arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (art. 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e proibição de o arguido obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis e renovar o bilhete de identidade (art. 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

29-10-93. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Leitão Leal*. — O Escrivão-Adjunto, *António Henrique Teixeira de Carvalho*.

Anúncio. — O Dr. Jorge Manuel Leitão Leal, juiz de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum (juiz singular) registados sob o n.º 17 653/91/1TD/LSB, a correr termos neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido José Manuel Antunes Remédio, casado, empregado naval, nascido a 17-4-59, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de José Joaquim Cabral Remédios e de Rosa Valente Antunes Remédios, com última residência conhecida na Rua de Feliciano de Sousa, 132, porta 4, em Lisboa, e actualmente ausente em parte incerta, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.º 1, do Dec. 13 004, de 12-1-27, por despacho de 17-6-93, foi aquele arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (art. 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e proibição de o arguido obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis e renovar o bilhete de identidade (art. 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

29-10-93. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Leitão Leal*. — O Escrivão-Adjunto, *António Henrique Teixeira de Carvalho*.

Anúncio. — O Dr. Jorge Manuel Leitão Leal, juiz de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum (juiz singular) registados sob o n.º 21 808/91/OTD/LSB, a correr termos neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra a arguida Silvana Martins Caeiro Veiga Sousa, casada, empregada doméstica, nascida a 27-7-57, em Falagueira, Venda Nova, Amadora, filha de Domingos Caeiro Veiga e de Agostinha Martins Louringa Veiga, com última residência na Rua da Cidade da Praia, 7, 2.º, direito, Quinta da Momba, Barreiro, e actualmente residente em parte incerta, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, por despacho de 27-10-93, foi aquela arguida declarada contumaz, nos termos dos arts. 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes (art. 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e proibição de a arguida obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis e renovar o bilhete de identidade (art. 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

29-10-93. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Leitão Leal*. — O Escrivão-Adjunto, *António Henrique Teixeira de Carvalho*.

Anúncio. — O Dr. Jorge Manuel Leitão Leal, juiz de direito da 1.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum (juiz singular) registados sob o n.º 369/93/1TL/LSB, a correr termos neste tribunal, que o digno magistrado do Ministério Público move contra o arguido Acácio Henriques de Matos, casado, empregado da indústria hoteleira, nascido a 14-10-63, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa, filho de Manuel Augusto de Matos e de Maria Alice Henriques, com última residência conhecida na Rua da Cruz a Caselas, 3-A, em Lisboa, e actualmente ausente em parte incerta, por ter cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º,

n.º 1, do Dec. 13 004, de 12-1-27, por despacho de 27-10-93, foi aquele arguido declarado contumaz, nos termos dos arts. 336.º e 337.º do Código de Processo Penal, com os seguintes efeitos: suspensão dos ulteriores termos do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes (art. 336.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal) e proibição de o arguido obter certidões dos registos civil, predial, comercial, criminal e de automóveis e renovar o bilhete de identidade (art. 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal).

29-10-93. — O Juiz de Direito, *Jorge Manuel Leitão Leal*. — O Escrivão-Adjunto, *António Henrique Teixeira de Carvalho*.

Anúncio. — A Dr.ª Isabel Maria Clímaco Lilaia, juíza de direito da 3.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que por esta Secção e Juízo correm seus termos uns autos de processo comum registados sob o n.º 355/89, que o Ministério Público instaurou contra o arguido Manuel Augusto da Silva, casado, mecânico, natural de Moçambique, onde nasceu, a 22-7-49, filho de Augusto da Silva e de Albertina Matos Moreira da Silva, com residência conhecida na serra da Carrasqueira, Montemor, Loures, imputando-lhe a prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27, e que, por despacho de 2-11-93, foi declarada cessada a contumácia, por prescrição.

2-11-93. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria Clímaco Lilaia*. — A Escrivã-Adjunta, *Anabela Rosário L. Silva Matos*.

Anúncio. — A Dr.ª Isabel Maria Clímaco Lilaia, juíza de direito da 3.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que nos autos de processo comum n.º 14 992/90, em que o Ministério Público deduziu acusação contra o arguido Carlos Jerónimo Favinha Guerreiro, casado, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, onde nasceu a 29-4-41, filho de Jerónimo Pedro Guerreiro e de Joana de Jesus Favinha Guerreiro, com residência conhecida em Folehaven 10 st. mf. 2000 Helsingor, Dinamarca, imputando-lhe a prática de factos constitutivos de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º, n.º 1, do Dec. 13 004, de 12-1-27, o último na redacção dada pelo art. 5.º do Dec.-Lei 400/82, de 23-9, por despacho de 2-11-93, o tribunal declarou o arguido contumaz, nos termos do Código de Processo Penal de 1987, com as seguintes consequências:

- 1.º Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º (art. 336.º, n.º 1);
- 2.º Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após a declaração (art. 337.º, n.º 1);
- 3.º Proibição de o arguido obter, a seu requerimento, a emissão de documentos e certidões pelos serviços, personalizados ou não, do Estado e autarquias locais, nomeadamente bilhete de identidade, certificado de registo criminal, passaporte, carta de condução, livrete de veículo automóvel, documentos e certidões da administração fiscal e das conservatórias dos registos civil, comercial, predial e de automóveis (art. 337.º, n.º 3).

2-11-93. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria Clímaco Lilaia*. — A Escrivã-Adjunta, *Anabela Rosário L. Silva Matos*.

Anúncio. — A Dr.ª Isabel Maria Clímaco Lilaia, juíza de direito da 3.ª Secção do 5.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que por esta Secção e Juízo correm seus termos um processo comum registado sob o n.º 1280/91.6TFLSB, que o Ministério Público move contra o arguido Carlos Fernando Miguel António, filho de Carlos António e de Madalena do Rosário Miguel, natural da Lousa, Loures, nascido em 22-12-54, vendedor de automóveis, com última residência conhecida na Rua do Cardal à Graça, 1, 2.º, Lisboa, portador do bilhete de identidade n.º 457104, de 3-10-88, do Arquivo de Identificação de Lisboa, a quem é imputado um crime de detenção de estupefacientes para consumo pessoal, previsto e punido pelo art. 36.º, n.º 1, do Dec.-Lei 43083, de 13-12, e que, por despacho de 2-11-93, proferido nos referidos autos, foi declarada a cessação da contumácia, nos termos do art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, uma vez que foi declarado extinto o procedimento criminal, por prescrição.

2-11-93. — A Juíza de Direito, *Isabel Maria Clímaco Lilaia*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria de Fátima Abrantes*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO DE LEIRIA

Anúncio. — Faz-se saber que no processo comum n.º 33/93, da 1.ª Secção do Tribunal de Círculo de Leiria, que o Ministério Público move contra o arguido Vítor Manuel Marques e outros, solteiro, calceteiro, filho de Maria Emília Marques, natural de Palmá, Alvaiázere, nascido em 8-8-60, ausente em parte incerta, mas com última residência conhecida na Rua das Olhalvas, 41-A, em Leiria, imputando-lhe a prática de um crime de furto, previsto e punido pelos arts. 296.º e 297.º, n.º 1, al. j), com referência ao n.º 3 do mesmo artigo, todos do Código Penal, de quatro crimes de falsificação, previstos e punidos pelos n.ºs 1, al. a), e 2 do art. 228.º do Código Penal, de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelas disposições combinadas dos arts. 23.º e 24.º, n.º 1, do Dec. 13 004, de 12-1-27, na redacção do art. 5.º do Dec.-Lei 400/82, de 23-9, e ainda de quatro crimes de burla, previstos e punidos pelo art. 313.º, n.º 1, do Código Penal, foi o referido arguido, por despacho de 22-10-93, declarado contumaz, o que implica os seguintes efeitos:

- 1.º Suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido;
- 2.º Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração;
- 3.º Proibição de o arguido obter junto das autoridades públicas competentes certidões, bilhete de identidade, passaporte, carta de condução e sua renovação, bem como quaisquer documentos notariais.

25-10-93. — O Juiz de Direito, *Nuno Filipe Morgado Teixeira Bastos*. — A Escriutária, *Adélia Maria Repolho Vieira das Neves*.

TRIBUNAL DE CÍRCULO E DE COMARCA DE PAREDES

Anúncio. — O Dr. Carlos Jorge Ferreira Portela, juiz de direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Paredes, faz saber que por despacho de 22-10-93, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 47/92, pendentes neste Tribunal, que RE-GROVA — Fábrica de Decorações para Jardim, L.ª, com sede em Aboim, Rebordosa, Paredes, move contra o arguido António Pereira da Silva, casado, construtor civil, filho de José Joaquim da Silva e de Idalina Dias Pereira, nascido a 12-8-54, em Lagoa, Famalicão, residente em Prazins, Lagoa, Famalicão, portador do bilhete de identidade n.º 7235946, de 1-3-88, do Arquivo de Identificação de Lisboa, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, foi o mesmo arguido declarado contumaz (arts. 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal). Tal declaração implica a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados directa ou indirectamente pelo arguido após esta declaração e a proibição de o mesmo arguido obter quaisquer documentos dos serviços públicos, de identificação civil e registo criminal e das conservatórias dos registos predial, civil e de automóveis e dos cartórios notariais e ainda de obter carta de condução e respectiva renovação.

27-10-93. — O Juiz de Direito, *Carlos Jorge Ferreira Portela*. — O Oficial de Justiça, *Manuel António Pinto de Miranda*.

Anúncio. — O Dr. Carlos Jorge Ferreira Portela, juiz de direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Paredes, faz saber que por despacho de 22-10-93, proferido nos autos de processo comum registados sob o n.º 109/92, pendentes neste Tribunal, que Joaquim Armando Andrade Alves de Sá, residente em Ribeiros Altos, Mouriz, Paredes, move contra a arguida Maria da Conceição Neto, casada, doméstica, filha de José Augusta Neto e de Delmina do Céu, nascida a 25-1-61, em Larinho, Moncorvo, residente em Perletieiro, Cristelo, Paredes, portadora do bilhete de identidade n.º 8297127, de 29-11-90, do Arquivo de Identificação de Lisboa, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão, foi a mesma arguida declarada contumaz (arts. 336.º e 337.º, n.ºs 5 e 6, do Código de Processo Penal). Tal declaração implica a suspensão dos ulteriores termos do processo até à sua apresentação em juízo ou detenção, a anulabilidade de todos os negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados directa ou indirectamente pela arguida após esta declaração e a proibição de a mesma arguida obter quaisquer documentos dos serviços públicos, de identidade civil e registo criminal e das conservatórias dos registos predial, civil e de automóveis e dos cartórios notariais e ainda de obter carta de condução e respectiva renovação.

27-10-93. — O Juiz de Direito, *Carlos Jorge Ferreira Portela*. — O Oficial de Justiça, *Manuel António Pinto de Miranda*.

Faculdade de Economia

Por despacho de 25-11-93 do vice-reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competência:

Licenciado Egas Manuel da Silva Salgueiro — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial (50%), além do quadro da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, (FEUNL) a partir de 1-10-93, por um ano. (Não carece de visto do TC.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do art. 15.º do ECDU,
publicado em anexo à Lei 19/80, de 16-7

O conselho científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa aprovou a proposta respeitante à contratação do Prof. Egas Manuel da Silva Salgueiro para professor auxiliar convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

A proposta veio acompanhada pelo parecer previsto no n.º 3 do art. 15.º do ECDU (Lei 19/80, de 16-7), o qual foi subscrito pelo Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, professor associado da FEUNL, pelo Prof. Doutor Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey, prof. auxiliar da FEUNL, e pelo Prof. Vítor Louçã Rabaça Gaspar, professor associado convidado da FEUNL.

O Dr. Egas Salgueiro tem desempenhado funções docentes em várias universidades. Foi inicialmente assistente no ISE. De 1979 a 1981 foi assistente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Desde 1986 o Dr. Egas Salgueiro tem assumido a regência de várias cadeiras nesta Faculdade: Estatística Bayesiana, Teoria dos Jogos e Estatística II.

Pelo que fica exposto, é com maior interesse que recomendamos a sua contratação como professor auxiliar convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, pelo que o conselho científico aprovou, por unanimidade, a respectiva proposta.

15-9-93. — O Presidente do Conselho Científico, *António S. Pinto Barbosa*.

Licenciado Jorge Manuel Machado Correia da Cunha — contratado, em regime de contrato administrativo de provimento, por conveniência urgente de serviço, como professor auxiliar convidado, em regime de tempo parcial (50%), além do quadro da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, a partir de 16-10-93, por um ano. (Não carece de visto do TC.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do art. 15.º do ECDU,
publicado em anexo à Lei 19/80, de 16-7

O conselho científico da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa aprovou a proposta referente à contratação do licenciado Jorge Manuel Machado Correia da Cunha para professor auxiliar convidado da Secção de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

A primeira proposta veio acompanhada pelo parecer previsto no n.º 2 do art. 15.º do ECDU (Lei 19/80, de 16-7), o qual foi subscrito pelo Prof. Doutor António Soares Pinto Barbosa, professor catedrático da FEUNL, pelo Prof. Doutor Fernando Júlio Brito Soares, professor catedrático da FEUNL, e pelo Prof. Doutor Pedro Telhado Pereira, professor associado da FEUNL.

Da análise do currículo e do parecer favorável acima mencionado conclui-se que o licenciado Jorge Manuel Machado Correia da Cunha, pela sua capacidade como docente e pela sua experiência profissional, reúne as condições necessárias para ser contratado como professor auxiliar convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, pelo que o conselho científico decidiu, por unanimidade, aprovar a respectiva proposta.

15-9-93. — O Presidente do Conselho Científico, *António S. Pinto Barbosa*

13-12-93. — O Director, *Fernando Júlio Viana de Brito Soares*.

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**Reitoria**

Por despacho reitoral de 14-12-93:

Designados os seguintes professores para fazerem parte do júri da equivalência ao grau de doutor no ramo de Engenharia Agronómica, do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa, requerida pelo licenciado João Manuel Ferreira dos Santos Mosca:

Presidente — Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.
Vogais:

Doutor Joaquim da Silva Lourenço, professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Francisco Xavier Miranda de Avillez, professor catedrático do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Artur Fernando Arede Correia Cristóvão, professor associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Doutor Fernando Silva Oliveira Baptista, professor auxiliar do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa.

15-12-93. — O Vice-Reitor, *José Dias Lopes da Silva*.

Serviços Sociais

Por despachos do director-geral da Administração Pública de 26-11-93 e meu de 15-12-93:

Maria Cecília Correia Coropos Oliveira de Abreu e Maria Teresa Teixeira da Silva Pires Santos, auxiliares de alimentação integradas no quadro de efectivos interdepartamentais e requisitadas nestes Serviços Sociais — autorizada a transferência para idêntico lugar do quadro de pessoal dos Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa, onde cessam a requisição, considerando-se exoneradas do quadro de origem com efeitos a partir da data da aceitação do lugar. (Não carecem de fiscalização do TC.)

16-10-93. — A Administradora, *Maria do Céu Santos Crespo*.

Instituto Superior Técnico

Aviso. — Para os devidos efeitos e conhecimento dos interessados se publica que se encontra afixada, a partir da data da publicação no *DR*, na vitrina da Secção de Pessoal do Instituto Superior Técnico, Avenida de Rovisco Pais, 1096 Lisboa Codex, a lista de classificação final do concurso interno geral de ingresso para o provimento de oito vagas de técnico auxiliar de 2.ª classe, da carreira de técnico auxiliar, do quadro de pessoal não docente deste Instituto, cujo aviso de abertura foi publicado no *DR*, 2.ª, 274, de 23-11.

17-12-93. — Pelo Presidente do Conselho Directivo, *António Alves Moreira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Aviso. — 1 — Torna-se público que se encontra afixada no Instituto Politécnico de Leiria, Edifício Maringá, torre 2, 2.º, a lista de seriação provisória dos candidatos admitidos ao concurso de assistentes aberto pelo edital publicado no *DR*, 2.ª, 194, de 19-8-93, para a área científica de Electrotécnica/Electricidade.

2 — A referida lista tornar-se-á definitiva se no prazo de 10 dias não for interposto qualquer recurso.

30-11-93. — O Presidente, *António Ferreira Pereira de Melo*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 19-11-93:

Gareth Malcolm Avard — autorizada a renovação de contrato administrativo de provimento como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo integral para a Escola Superior de Educação, com a duração de dois anos e com início em 25-11-93. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

13-12-93. — O Vice-Presidente, *Hélder Cândido Reis Videira*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**Instituto Superior de Contabilidade e Administração**

Por despacho de 31-8-93 do presidente da comissão instaladora, proferido por subdelegação:

Raul Manuel Araújo Portugal Guichard Alves — nomeado provisoriamente professor-coordenador, por três anos, com efeitos a partir da data da posse. (Visto, TC, 25-11-93.)

15-12-93. — O Administrador, *Orlando F. B. Fernandes*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

Aviso. — Para os devidos efeitos e de acordo com o estipulado no Dec.-Lei 409/91, de 17-10, conjugado com o art. 34.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, torna-se público que esta Câmara celebrou con-

trato de trabalho a termo certo, de seis meses, renovável, devidamente visado pelo TC em 26-11-93, com Ana Cristina Corda da Glória, engenheira técnica civil, a partir de 1-10-93.

10-12-93. — A Vereadora dos Serviços Municipais de Urbanismo e Recursos Humanos, *Maria de Fátima de Alegria Antunes Valença Mourinho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

Aviso. — Para os devidos efeitos se torna público que a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, na sua reunião de 22-10-93, deliberou, por unanimidade e escrutínio secreto, nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 30.º do Dec.-Lei 184/89, de 2-6, atribuir a menção de mérito excepcional ao primeiro-oficial Isabel Maria Loureiro de Carvalho Marinho, com vista à redução do tempo de serviço para efeitos de promoção, nos termos da al. a) do n.º 4 do citado decreto-lei.

Para efeitos do disposto no n.º 6 do art. 30.º do Dec.-Lei 184/89, de 2-6, os motivos de menção do mérito excepcional foram os seguintes:

Ao longo de 13 anos de exercício de funções nesta autarquia a funcionária tem desenvolvido os serviços que lhe são confiados com assiduidade, empenhamento e mérito, dignificando, por sua parte, a administração.

Esta deliberação da Câmara Municipal foi, nos termos do estabelecido no n.º 5 do art. 30.º do Dec.-Lei 184/89, de 2-6, ratificada por deliberação da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez de 25-11-93.

16-12-93. — O Presidente da Câmara, *Américo de Sequeira*.

CÂMARA MUNICIPAL DE BEJA

Aviso. — Para efeitos do art. 70.º do Dec.-Lei 24/84, de 16-1, pública-se vacatura de um lugar de topógrafo de 1.ª classe do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Beja, em consequência do seu anterior titular, José Francisco Sousa Bexiga, ter sido condenado a aposentação compulsiva, na sequência de um processo disciplinar que em 14-7-93 lhe foi instaurado.

15-12-93. — O Presidente da Câmara, *José Manuel da Costa Carreira Marques*.

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Aviso SP/101/93. — Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 24-11-93, nos termos da al. d) do art. 18.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, foi celebrado contrato para prestar serviço nas obras municipais, pelo período de seis meses, com início em 1-12-93, com Agostinho Soares e Sousa Lagoeiro, com a categoria de electricista.

29-11-93. — O Presidente da Câmara, *Ramiro Marques Ferreira Alegria*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS

Aviso n.º 464/93. — Para os efeitos previstos na al. b) do n.º 1 do art. 34.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, com as alterações introduzidas pelo Dec.-Lei 407/91, de 17-10, aplicável à administração local pelo Dec.-Lei 409/91, de 17-10, torna-se público que, de acordo com os despachos do presidente da Câmara de 22-11-93, foram renovados, por mais seis meses, os contratos de trabalho a termo certo celebrados com os seguintes indivíduos:

José dos Santos Ventura, motorista de pesados — com início de funções no dia 1-7-93.

Maria Alice Nobre Viana Henrique Marreiros, operária (jardineira) — com início de funções no dia 15-6-93.

Florindo Coelho Gonçalves, vigilante de jardins e parques infantis — com início de funções no dia 1-7-93.

10-12-93. — O Presidente da Câmara, *José Valentim Rosado*.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso. — Nos termos do n.º 2 do art. 59.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, fica notificada a escriturária-dactilógrafa desta Câmara Municipal Fernanda Maria Pimental Feijão da Silva de que contra ela correm seus termos os autos de processo disciplinar que lhe foram instaurados pela infração do dever de assiduidade.

De acordo com a mesma disposição legal, é-lhe fixado o prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste aviso, para contestar, querendo, a acusação que por tal infração lhe foi deduzida e se encontra à sua inteira disposição no Núcleo de Apoio Jurídico do DHURS, com sede na Rua de D. Luís I, 10, nesta cidade.

23-11-93. — O Instrutor, *Marino Coutinho Silva*.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

Aviso n.º 23-C/93. — Para efeitos do disposto na al. b) do n.º 1 do art. 34.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, na redacção do Dec.-Lei 407/91, de 17-10, aplicado à administração local pelo Dec.-Lei 409/91, da mesma data, torna-se público que foi celebrado o seguinte contrato de trabalho a termo certo:

João Luís de Oliveira Nascimento — com a categoria de telefonista, para exercer funções na Divisão de Infra-Estruturas e Construção Civil, remunerado pelo escalão 1, índice 115, com início em 16-8-93 e pelo prazo de seis meses, renováveis. (Visto, TC, 18-11-93.)

3-12-93. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Maria Roque Lino*.

CÂMARA MUNICIPAL DA LOURINHÃ

Aviso. — Para efeitos do previsto no Dec.-Lei 116/84, de 6-4, com a redacção dada pela Lei 44/85, de 13-9, torna-se público que a Assembleia Municipal, em reunião de 30-9, sob proposta da Câmara Municipal de 7-6-93, aprovou a criação de dois lugares de chefe de secção.

8-10-93. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Dias Custódio*.

CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Aviso. — Para os efeitos previstos no n.º 1 do art. 3.º do Dec.-Lei 146-C/80, de 22-5, torna-se público que foi visado o contrato de trabalho a termo certo celebrado, por urgente conveniência de serviço, com José Adelino Nogueira Garcia para fiscal de obras municipais, escalão 1, índice 135, pelo prazo de um ano. (Visto, TC, 26-11-93. São devidos emolumentos.)

9-12-93. — O Presidente da Câmara, *Afonso Sequeira Abrantes*.

CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

Aviso. — Para os devidos efeitos e em cumprimento da al. b) do art. 34.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, aplicado à administração local pelo Dec.-Lei 409/91, de 17-10, torna-se público que foi renovado, por mais seis meses, o contrato a termo certo, a partir do dia 22-12-93, com o seguinte trabalho:

Domingas Luísa da Silva Bastos, com a categoria de auxiliar dos serviços gerais.

14-12-93. — O Vereador, em regime de permanência, *Jaime Tavares Vilar*.

CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA

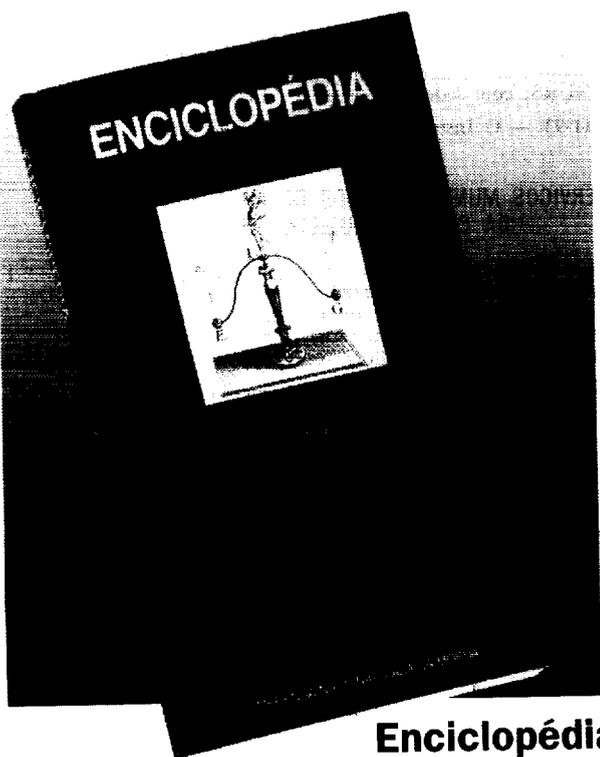
Aviso. — Para efeitos do disposto no n.º 1 do art. 34.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, e despacho exarado pelo presidente da Câmara em 25-10-93, foi decidido renovar o contrato de trabalho a termo certo, por mais seis meses, com início em 4-11, a Jaime Oldemiro de Sousa Eloy. O contrato de trabalho foi visado tacitamente pelo TC.

6-12-93. — O Vereador Substituto do Presidente, *Alcindo João Borges Pereira Monteiro*.

JUNTA DE FREGUESIA DE MASSARELOS

Aviso. — Para os devidos efeitos e de acordo com o estipulado pelo Dec.-Lei 409/91, de 17-10, conjugado com o art. 34.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, torna-se público que esta Junta de Freguesia celebrou um contrato de trabalho a termo certo por urgente conveniência de serviço com Maria Alice Ferreira Teixeira, como educadora de infância, pelo prazo de quatro meses, com início em 6-9-93, renovável por igual período. (Visto, TC, 29-10-93. Emolumentos pagos.)

9-12-93. — A Presidente, *Maria Helena Mariz*.



Enciclopédia Einaudi

um corpus de 41 volumes,
uma referência de base.

SISTEMA

... da Enciclopédia Einaudi, da energia
à organização, do equilíbrio à desordem,
os itinerários pela complexidade
do pensamento e da criação humanos.

IMPRENSA NACIONAL - CASA DA MOEDA
À venda nas livrarias da INCM
Distribuição DIGLIVRO / MOVILIVRO



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85
ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e Regiões Autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 353\$00 (IVA INCLUÍDO 5%)



INCM

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

LOCAIS DE VENDA DE PUBLICAÇÕES, IMPRESSOS E ESPÉCIMES NUMISMÁTICOS

- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 1092 Lisboa Codex
Telef. (01)69 34 14 Fax (01)69 31 66
- Rua da Escola Politécnica 1200 Lisboa
Telef. (01)397 47 68 Fax (01)396 94 33
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16 1000 Lisboa
Telef. (01)54 50 41 Fax (01)353 02 94
- Avenida de António José de Almeida 1000 Lisboa
(Centro Comercial S. João de Deus, lojas 414 e 417)
Telef. (01)76 55 44 Fax (01)797 68 72
- Avenida do Engenheiro Duarte Pacheco 1000 Lisboa
(Centro Comercial das Amoreiras, loja 2112)
Telef. (01)387 71 07
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 4000 Porto
Telef. (02)31 91 66 Fax (02)200 85 79
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 3000 Coimbra
Telef. (039)269 02 Fax (039)326 30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do *Diário da República* e do *Diário da Assembleia da República*, deve ser dirigida a administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5-1092 Lisboa Codex